

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI  
CAMPOS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**

**FABRÍCIO RAMON RODRIGUES DA SILVA**

**O ENSINO DE HISTÓRIA NA UNIDADE ESCOLAR FRANCISCO JOSÉ  
DOS SANTOS: a partir do livro “Nova História Crítica” de Mário Schmidt  
(2001-2003)**

**PICOS-PI**

**2014**

FABRÍCIO RAMON RODRIGUES DA SILVA

**O ENSINO DE HISTÓRIA NA UNIDADE ESCOLAR FRANCISCO JOSÉ  
DOS SANTOS: a partir do livro “Nova História Crítica” de Mário Schmidt  
(2001-2003)**

Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura Plena em História, do Campus  
Senador Helvídio Nunes de Barros, da  
Universidade Federal do Piauí.

Como requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Ms. Raimundo Lima Nonato  
dos Santos.

**PICOS-PI**

**2014**

Eu, **Fabricio Ramon Rodrigues da Silva**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 21 de agosto de 2014.

*Fabricio Ramon Rodrigues da Silva*

Assinatura

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca José Albano de Macêdo

**S586e** Silva, Fabricio Ramon Rodrigues da.  
O Ensino de história na unidade escolar Francisco José dos Santos: a partir do livro “nova história crítica” de Mário Shimidt (2001 – 2003) / Fabricio Ramon Rodrigues da Silva. – 2014.  
CD-ROM : il; 4 ¼ pol. (58 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.

Orientador(A): Prof. MSc. Raimundo Nonato Lima dos Santos

1. Ensino de História. 2. Unidade Escolar Francisco José dos Santos 3. Santa Rosa do Piauí. 4. Mário Shimidt. I. Título.

**CDD 370.981 22**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros  
Coordenação do Curso de Licenciatura em História  
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí  
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: [coordenacao.historia@ufpi.br](mailto:coordenacao.historia@ufpi.br)

### ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Ao dia (06) do mês de Agosto de 2014, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de: **FABRÍCIO RAMON RODRIGUES DA SILVA** sob o título: *O ENSINO DE HISTÓRIA NA UNIDADE ESCOLAR FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS: a partir do livro "Nova História Crítica" de Mário Schmidt (2001-2003)*

#### A banca constituída pelos professores:

Orientador: **PROF. MS. RAIMUNDO NONATO LIMA DOS SANTOS**  
Examinador 1 : **PROF. MS. FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO**  
Examinador 2 : **PROF. DR. FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA NASCIMENTO**

Deliberou pela APROVAÇÃO do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 9,0.

Picos (PI) 06 de Agosto de 2014

Orientador (a): Raimundo Nonato Lima dos Santos  
Examinador (a) 1: Francisco de Assis de Sousa Nascimento  
Examinador (a) 2: Francisco Gleison da Costa Monteiro

Dedico esse trabalho em especial aos meus pais, que sempre estiveram incentivando e apoiando essa árdua caminhada.  
À toda minha família e à minha namorada e amigos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, motivo de minha existência, toda e qualquer conquista que possuo e/ou venha a possuir fruto dessa formação;

A todos os meus familiares, pelo incentivo, apoio e estímulo à conclusão de mais essa etapa em minha vida;

Aos amigos que durante essa graduação fizeram-se presentes nos momentos difíceis e alegres;

Aos professores que transmitiram e orientaram essa caminhada durante esses quatro anos. Foi prazerosa e cheia de novas descobertas históricas. Especialmente, ao meu Professor-Orientador Raimundo Lima Nonato dos Santos, pela paciência, compreensão e ensinamentos de cada mudança essencial para uma nova análise e produção do conhecimento.

## RESUMO

O presente trabalho analisa o ensino de História desenvolvido na Unidade Escolar Francisco José dos Santos, na cidade de Santa Rosa do Piauí, no período de 2001 a 2003. Foi relacionado o ensino de história da referida escola com o uso do livro didático “Nova História Crítica” de Mário Schmidt e, também se investigou como os professores e alunos interpretaram a polêmica que tanto repercutiu na mídia sobre esta obra didática. A pesquisa fundamenta-se em fontes orais e bibliográficas e segue o aporte teórico-metodológico de Bittencourt (2004) ao abordar o ensino de história no Brasil; Silva e Fonseca (2010) relatando o contexto do ensino de história em meio às lutas e resistências ditatoriais; Elza Nadai (1993) focando o lugar da disciplina de história na educação; Zamboni (2003) falando de reformas curriculares e períodos históricos; Dagoberto (1992) reforçando pontos de vista sobre a História de Oeiras e as divisões da cidade de Santa Rosa, entre outros. A pesquisa indicou o fato de que o *Ensino de História*– seus desafios, limites e métodos adotados– tem sido discutido e melhorado ao longo dos últimos anos, para o desenvolvimento do ensino em sala de aula, das escolas brasileiras. O livro didático “Nova História Crítica” de Mário Schmidt foi um dos mais conhecidos ao longo dos anos de 2001 a 2007 adotado nas escolas públicas e privadas, e durante esses anos serviu de instrumento de estudo para os alunos. Porém, se envolveu numa polêmica em 2007, causada pela crítica do Diretor de Jornalismo da Rede Globo de Televisão, Ali Kamel. Após essa crítica o livro foi reprovado pelo MEC. Portanto, as descobertas feitas são relevantes ao Ensino de História como um todo, em especial aos professores da Unidade Escolar Francisco Santos, na cidade de Santa Rosa do Piauí.

**Palavras Chaves:** Ensino de História. Unidade Escolar Francisco Santos. Santa Rosa do Piauí. Mário Schmidt. Ali Kamel.

## ABSTRACT

This paper analyzes the teaching of history developed in School Unit Francisco José dos Santos, in the city of Santa Rosa of Piauí, in the period 2001-2003. Was related teaching history of that school with the use of the textbook "New History critical "Mario Schmidt and also investigated whether as teachers and students interpreted the controversy that both reflected in the media about this didactic work. The research is based on oral and bibliographic sources and follows the theoretical and methodological contributions of Bittencourt (2004) to address the teaching of history in Brazil; Silva and Fonseca (2010) reporting the context of the teaching of history in the midst of struggles and resistances dictatorial; Elza Nadai (1993) focusing on the place of the discipline of history in education; Zamboni (2003) talking about curriculum reform and historical periods; Dagoberto (1992) reinforcing views on the history of Oeiras and divisions of the city of Santa Rosa, among others. The survey indicated the fact that the teaching of history-its challenges, limits and methods adopted, has been discussed and improved over the last few years, for the development of education in the classroom, Brazilian schools. The textbook "New Critical History" Mário Schmidt was one of the most popular over the years 2001-2007 adopted in public and private schools, and over the years was instrumental study for students. However, became involved in a controversy in 2007, caused by the criticism of the Director of Journalism Globo TV, Ali Kamel. Following this criticism the book has been disapproved by the MEC. Therefore, the findings are relevant to the teaching of history as a whole, especially the teachers of School Unit Francisco Santos, in the city of Santa Rosa Piauí.

**Keys Words:** Teaching of History. School Unit Francisco Santos. Santa Rosa Piauí. Mário Schmidt. Ali Kamel.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mário Schmidt. ....	14
Figura 2- Capa do Livro Nova História Crítica 5ª Série.....	18
Figura 3- Capa do Livro Nova História Crítica 6ª Série.....	20
Figura 4- Capa do Livro Nova História Crítica 7ª Série.....	20
Figura 5- Capa do Livro Nova História Crítica 8ª Série.....	21
Figura 6 - Unidade Escolar Francisco José dos Santos .....	38

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de escolas por nível em Santa Rosa do Piauí. ....	41
Tabela 2- Número de docentes por nível em Santa Rosa do Piauí.....	41
Gráfico 1- Matrícula por nível escolar em Santa Rosa do Piauí 2013. ....	40

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 O LIVRO “NOVA HISTÓRIA CRÍTICA” E A REDE GLOBO DE TELEVISÃO</b> .....	14
1.1 O livro “Nova História Crítica” de Mário Schmidt.....	14
1.2 A crítica e Ali Kamel.....	22
1.3 O livro de Mário Schmidt depois da crítica .....	27
<b>2 O ENSINO DE HISTÓRIA NA UNIDADE ESCOLAR FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS</b> .....	30
2.1 O Ensino de História no Brasil.....	31
2.2 A cidade de Santa Rosa do Piauí e a Unidade Escolar Francisco José dos Santos.....	36
2.3 O Ensino de História na Unidade Escolar Francisco José dos Santos (2001 a 2003).....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	53
<b>ANEXOS</b> .....	57

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o tema: “O Ensino de História na Unidade Escolar Francisco José dos Santos: a partir do livro “Nova História Crítica” de Mário Schmidt (2001-2003)”. Sendo que a pesquisa de campo foi realizada na cidade de Santa Rosa do Piauí na Unidade Escolar Francisco José dos Santos.

A escola pesquisada é parte do cenário piauiense e integrando as escolas municipais da cidade de Santa Rosa do Piauí. Nesse espaço delimita-se o Ensino de História, mas precisamente entre os anos, 2001 a 2003, a partir do uso do livro “Nova História Crítica”, na escola pesquisada.

Nosso principal objetivo foi analisar o Ensino de História desenvolvido na Unidade Escolar Francisco José dos Santos, relacionando-a aos livros didáticos citados anteriormente e também procuramos saber como os professores interpretaram a polêmica que tanto repercutiu na mídia sobre esse livro didático e, analisarmos a decisão tomada pelo Ministério da Educação – MEC pela retirada do livro das escolas, diante disso.

Essa pesquisa também procurou entender a postura pedagógico-ideológica dos professores na condução do referido livro didático, no período em estudo; bem como discutir as repercussões e os fatores que levaram o livro de Mário Schmidt a sair de “circulação” das escolas públicas, depois que um dos diretores de Jornalismo da Rede Globo de televisão criticou o livro didático, sendo posteriormente reprovado pelo MEC.

Na metodologia desse trabalho monográfico adotou-se uma pesquisa de campo com os professores Edgar Muniz de Sousa e Alex Marques Vieira da disciplina de História na Unidade Escolar Francisco José dos Santos. Através da realização de entrevistas com formulário próprio procuramos para saber como se desenvolvia o Ensino de História nessa escola. Outro procedimento foi à análise dos livros do 5º ao 9º ano, “Nova História Crítica”, de Mário Schmidt. Também foram analisados os censos do IBGE, a LDB n° 9394/96 e o Guia de livros didáticos (PNLD 2013 do Ministério da Educação).

Com base no estudo dos livros didáticos, assim como dos dados coletados no formulário próprio de entrevista, foi possível a análise dos resultados desse trabalho de investigação e elaboração desse novo estudo acerca de história, que desenvolvido a partir dos livros de Mário Schmidt e das ideias dos professores da disciplina de História Edgar Muniz de Sousa e Alex Marques Vieira da Unidade Escolar Francisco José dos Santos, sobre a polêmica do livro “Nova História Crítica” e dessa análise expõe-se os resultados a respeito da coleção de Mário Schmidt.

O Ensino de História tem sido discutido e melhorado ao longo dos últimos anos, seus desafios, limites e métodos adotados, para o desenvolvimento do ensino em sala de aula das escolas brasileiras. O livro didático, “Nova História Crítica” de Mário Schmidt foi um dos mais adotados ao longo dos anos de 2001 a 2007, em escolas públicas e privadas e, durante esses anos, serviu de instrumento de estudo para os alunos. Porém, este material didático envolveu-se numa polêmica em 2007, causada pela crítica do diretor de jornalismo Ali Kamel, da Rede Globo de televisão, resultando na reprovação desse livro pelo MEC. Percebe-se assim a relevância deste trabalho uma vez que ele proporciona novos estudos sobre história, já que é um assunto inédito para a cidade. Os resultados ajudarão a repensar as políticas de ensino e propor novas formas de ensinar história na sala de aula, trazidas pela discussão do livro didático de Mário Schmidt, no período que era adotado na referida escola.

O referencial teórico utilizado apóia-se nos autores Bittencourt (2004) ao abordar o ensino de história no Brasil; Silva e Fonseca (2010) relatando o contexto do ensino de história em meio às lutas e resistências ditatoriais; Elza Nadai (1993) focando o lugar da disciplina de história na educação; Zamboni (2003) falando de reformas curriculares e períodos históricos; Dagoberto (1992) reforçando pontos de vista sobre a História de Oeiras e as divisões de Santa Rosa desse município.

Essa monografia estrutura-se em dois capítulos, e esses dividem-se em três subitens.

No primeiro capítulo intitulado o livro “Nova História crítica” e a Rede Globo de Televisão, analisa-se minuciosamente detalhes que compõem o livro e a divisão dos capítulos e apresenta-se a visão dos professores sobre sua relevância, assim como, a crítica de Ali Kamel, diretor Jornalístico da Rede Globo de Televisão que causou a polêmica ao livro em questão.

O livro de Mário Schmidt depois da referida crítica, foi reprovado pelo MEC. Analisa-se também então, a repercussão da crítica de Ali Kamel sobre o livro “Nova História crítica” e ainda o reconhecimento da contribuição dessa coleção para as escolas públicas brasileiras.

No segundo capítulo intitulado “O ensino de História na Unidade Escolar Francisco José dos Santos”, compreende-se que o ensino de História no Brasil, desenvolvido no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, interfere de maneira significativa na organização do ensino de História nas demais regiões e nos municípios do país, dessa maneira, a cidade de Santa Rosa do Piauí organizou-se educacionalmente espelhada nos moldes da educação nacional, bem como a Educação oferecida na Unidade Escolar Francisco José dos Santos. É esse motivo pelo qual apresenta-se o perfil histórico da referida cidade e o ensino de História na Escola Francisco José dos Santos (2001 a 2003), colocando um entendimento de dois professores da

disciplina de História da referida escola, na exposição dos resultados das entrevistas realizadas acerca do Ensino de História e da Polêmica em torno dos livros da coleção “Nova História Crítica”.

## 1 O LIVRO “NOVA HISTÓRIA CRÍTICA” E A REDE GLOBO DE TELEVISÃO

O livro “Nova História Crítica” é do autor Mário Furley Schmidt, nascido em Niterói-Rio de Janeiro no ano de 1959, sendo um conhecido professor, escritor e enxadrista brasileiro. É considerado o autor que mais vendeu livros de História do país. Com sua coleção **Nova História Crítica** vendeu mais de 10 milhões de exemplares (FERNANDES, 2007).

A obra foi recomendada pelo Ministério da Educação em 1999, posteriormente, no ano de 2007, o livro foi rejeitado por esse mesmo órgão público federal, sob a alegação de que contém erros conceituais, falhas de informação e incoerência metodológica. A obra também foi objeto de uma polêmica com o jornalista Ali Kamel que a denunciou como voltada a propaganda ideológica do comunismo. O livro teria sido reprovado pelo MEC cinco meses antes da reportagem, embora até então constasse em sua lista de livros recomendados pelo ministério em sua publicação Guia do Livro Didático (AZEVEDO, 2007).

### 1.1 O livro “Nova História Crítica” de Mário Schmidt

O livro Nova História Crítica de Mário Schmidt, foi publicado pela editora Nova Geração, tendo como primeira edição dessa coleção o livro de 5ª série, do ano de 1999, mas somente no ano 2001, no seio das escolas brasileiras como livro didático.

Mário Furley Schmidt é o primogênito de dois irmãos, filho de um engenheiro alemão e uma professora francesa, viveu os primeiros anos de sua vida no bairro São Francisco, na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro.



Figura 1: Mário Furley Schmidt.

Fonte: <http://www.moderatoren.org/mario-schmidt-event-moderator/>

Ainda jovem, dedicou-se ao enxadrismo sendo frequentes as suas visitas ao Clube de Xadrez de Niterói, tendo rating (posição de jogadores na listagem) registrado na FEXERJ (Federação de Xadrez do estado do Rio de Janeiro) concluiu o ensino médio no Colégio Salesiano Santa Rosa. Em 1977 ingressou na Escola de Engenharia da UFRJ, onde foi colega de alguns dos integrantes da Turma do Casseta & Planeta, como Marcelo Madureira, Beto Silva e Helio de la Peña, mas não concluiu o curso<sup>1</sup>.

Mário Schmidt em 1984, também na UFRJ, ingressou no curso de Filosofia, onde foi aprovado em 1º lugar. Mais uma vez abandonou as aulas, três anos depois, sem se formar. Foi professor de cursos pré-vestibulares em Niterói<sup>2</sup>.

Os livros da coleção “Nova História Crítica” são iniciados, nas primeiras páginas, com uma reflexão aos alunos, apontando como deve ser feita a sua leitura e em que deve ser focado os estudos.

Segundo Schmidt (1999), mas com a publicação somente em 2001, em seu livro da 5ª Série:

O mais importante é aprender a relacionar historicamente. Para isso, toda vez que você ler um capítulo, deve fazer perguntas indispensáveis: o que esses acontecimentos têm a ver com o mundo atual? Como eles influenciam a maneira de viver e de pensar das mulheres e dos homens de hoje? Como eles ajudam a explicar o que está acontecendo agora? As coisas não poderiam ter sido diferentes? (SCHIMIDT, 1999, p. 7).

No seu livro “Nova História Crítica” Mário Schmidt, coloca essas indagações para iniciar o livro e instigar o pensamento crítico dos alunos.

A criticidade é uma maneira de fazer com que esses alunos possam perceber a história pelo diferentes ângulos que ela pode ser vista, e ainda começando a entender que História é uma disciplina que fala do passado, mais principalmente existe uma ligação com o presente. Nesse sentido, Marc Bloch fala que “Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo o que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p.79).

Assim, o passado serve para entendermos como viviam os homens, e ainda para estabelecer a relação com o presente, pois sem esse entendimento somos ignorantes de acordo com Bloch: “A ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete no presente a própria ação” (BLOCH, 2001, p.65).

---

1Dados disponíveis em: [relação de rating e registro da fexerj por ordem alfabética dos atletas](#). Confira no site: [www.Fexerj.com.br](http://www.Fexerj.com.br).

<sup>2</sup>Disponível em: [Rating Fexerj. Fexerj.com.br](http://Rating.Fexerj.Fexerj.com.br)



O livro “Nova História Crítica” demonstra a capacidade que a leitura e o que está contido nela têm de influenciar e mobilizar quem está lendo ao que está sendo lido, o livro didático é o meio mais forte de transmitir, contar ou fazer com que a história do passado viva no presente ou mesmo o que da realidade presente vem sendo perpetuado no decorrer dos anos.

No que diz respeito ao livro da 5ª Série, pois em 2001 não denominava ano escolar ainda e sim série escolar. Esse livro de “Nova História Crítica” está organizado em um índice com 18 (dezoito) capítulos, estimuladores da reflexão e pensamentos como pode ser notado, no capítulo 1 “O que é história”, esse capítulo coloca o assunto de modo estimulante a criticidade, perguntas são feitas aos alunos tais como: “Para que serve a história?” Afirmando que somos seres sociais, associando cultura e natureza, cultura e história, cultura e humanidade, as faces da sociedade, da economia e da política, classes e conflitos sociais. “O livro ao final de cada capítulo trás uma reflexão crítica que resume o pensamento a cerca de tudo que foi discorrido” (SCHIMDT, 1999, p. 13).

O capítulo 2, “A pré-história”, coloca esse assunto de maneira diferenciada de outros livros, inicialmente tece breve comentário sobre o que será discutido no capítulo, falando que será estudado os hominídeos e sua evolução, bem como as descobertas desses homens de recursos como fogo e outras, abordando do surgimento da vida na terra com gravuras bastante reflexivas, traçando uma reflexão crítica argumentando o que diz a Bíblia a cerca da criação humana. Que segundo Mário Schimdt, (1999, p. 55):

De acordo com as religiões judaica, cristã e mulçumana, a humanidade descende de um único casal, Adão e Eva. Os cientistas constataram que os primeiros exemplares do Homo Sapiens surgiram na África. Adão e Eva seriam negros? De qualquer modo, os maiores cientistas do mundo concordam que não existem raças humanas. Cor de pele ou forma de cabelo são apenas vernizes sobre estruturas biológicas absolutamente idênticas.

Esse modo diferenciado e crítico de ensinar e estudar história rende críticas e polêmicas em torno de seus livros e dos conteúdos desses. Porém, esse capítulo, munido de reflexão crítica e questionamentos, estimula os alunos a pensarem sobre os conceitos colocados pela sociedade.

No capítulo 3, “O começo da história”, esse capítulo começa estimulando o pensamento ao colocar os trechos:

Há cerca de sete mil anos, em regiões da África e da Ásia, algumas comunidades sofreram uma grande transformação. A necessidade de

desenvolver as forças econômicas levou à desigualdade social. As origens dessa desigualdade estavam no surgimento da propriedade privada e do Estado, na guerra e na escravidão. O Estado era controlado pelos nobres e esmagava qualquer revolta (SCHMIDT, 1999, p. 56).

Revelando aspectos da comunidade privada nesse começo da História humana, da igualdade da comunidade primitiva a desigualdade trazida com a divisão do trabalho e o aumento da produtividade, do nascimento do comércio ao dinheiro, o trabalho manual e o trabalho intelectual, e a afirmação de que “a propriedade privada deu origem a desigualdade social” Os bens mais importantes passam a ser de uma classe que se denomina superior a outras (SCHIMDT, 1999, p. 65).

A reflexão crítica a esse respeito está colocada pela indagação se é impossível ter igualdade social, e se sempre existirão ricos e pobres? “Essa diferença jamais acabará?” São esses os questionamentos colocados aos alunos que incitam o pensamento e a reflexão diante dos alunos que estudaram com o livro de Mário Schmidt durante os anos de 2001 a 2003.

O livro trás ainda os assuntos: Capítulo 4, “A Mesopotâmia”; o capítulo 5, “O Egito antigo”; Capítulo 6 “Os fenícios e os Hebreus”; Capítulo 7 “Os Persas”; Capítulo 8 “O Extremo Oriente”; Capítulo 9 “A Grécia Antiga”; Capítulo 10 “A Cultura Grega”; Capítulo 11 “A Ascensão de Roma”; Capítulo 12 “O Império Romano”; Capítulo 13 “O Cristianismo”; Capítulo 14 “O Declínio do Império Romano”; Capítulo 15 “O Islã”; Capítulo 16 “O Império Bizantino”; Capítulo 17 “A Idade Média” e Capítulo 18 “Cultura Medieval”.

Todos esses capítulos são abordados de maneira crítica. Os capítulos iniciam com breves comentários e indagações sobre o assunto, discorrem os conteúdos pela historicidade, e separado por tópicos como: política, classes, sociedade, cidadania e ao final de cada capítulo são colocadas reflexões e perguntas para que eles respondam sob seu ponto de vista pessoal dos alunos. Os capítulos são permeados de imagens que incitam pensamentos acerca desse tempo da pré-história, da história e dos períodos descritos, tendo atividades e leituras complementares enfocando os assuntos abordados de modo crítico no livro de Mário Schmidt.

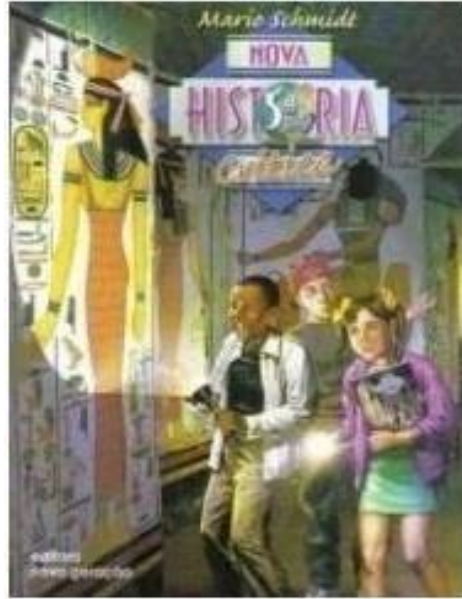


Figura 2: Capa do Livro Nova História Crítica 5ª Série.

Fonte: SCHIMDT, Mário Furley. **Nova História Crítica**. – 5ª série– São Paulo: Ed. Nova Geração, 1999.

A abordagem desse livro de História é totalmente condizente com a realidade atual, embora que tenha sido reprovado pelo MEC em 2004 e deixou de ser livro didático escolar. Tem um conteúdo crítico e reflexivo essencial ao contexto escolar e alguns professores indicam esse livro como fonte de pesquisa.

Segundo Teodoro (2008) pode-se notar nos livros de Mário Schmidt que são livros de qualidade no que refere-se à crítica do conteúdo dos livros “Nova História Crítica”. Esses livros no início da leitura, já trazem na introdução dos assuntos, essa criticidade. Segundo Teodoro (2008, p.38):

Antes do início dos capítulos de cada volume da coleção “Nova História Crítica” o autor expõe um modo de usar o livro, em um texto onde Schmidt conversa com o leitor indicando como o estudo deverá ser realizado de modo a se tornar mais proveitoso.

A coleção de Mário Schmidt, “Nova História Crítica”, está organizada dessa maneira dos seus livros de 5ª Série a 8ª Série, seus quatro exemplares que revelam a história de maneira crítica e reflexiva.

O livro da 6ª Série organiza-se em 17 capítulos, e esses expõe os conteúdos de maneira semelhantes aos demais, no índice inicia-se pela retrospectiva do que já estudamos sobre história como se fosse uma condição de lembrar a série anterior, estimulando os conhecimentos já adquiridos, no capítulo 1, tem a “Europa Medieval”; capítulo 2, “As grandes mudanças”; capítulo 3, “O absolutismo”; no capítulo 4, “O mercantilismo”; capítulo

5, “A expansão marítima”; Capítulo 6 “O renascimento”; Capítulo 7 “A América antes dos Europeus”; Capítulo 8, “A conquista da América”; Capítulo 9, “O início da colonização”; Capítulo 10, “A reforma Protestante”; Capítulo 11, África; Capítulo 12, O sistema Colonial; Capítulo 13, “O escravismo colonial”; Capítulo 14, “A civilização do açúcar”; Capítulo 15, “A América Espanhola”; Capítulo 16, “A Revolução Científica” e Capítulo 17, “Expandindo o Brasil”.

O Livro “Nova História Crítica” da 6ª Série, coloca para o aluno sugestões do que deve ser tomado com maior importância, nos estudos desse livro, sugerindo aos alunos que após a leitura do capítulo deve fazer perguntas indispensáveis sobre o assunto estudado.

Também com vários aspectos que estimulam a apreensão crítica do assunto e a visão, através de ilustrações, gráficos e esquemas que não são meros enfeites, mas sim mecanismos que servem para esclarecer os conteúdos e melhor clarear o assunto. Os exercícios de revisão trazem uma reflexão complementar, no final do capítulo tem reflexão sobre o assunto, estimulando o raciocínio do estudante e o pensamento sobre o que foi estudado colocando as possibilidades de que o aluno questione o assunto, o autor e a si mesmo da verdade sobre esses assuntos e conteúdos na história.

Conforme, ressalta o autor:

As reflexões críticas revelam como o assunto histórico apresentado no capítulo tem muito a ver com a atualidade. E nos deixam a lição principal: jamais aceite alguma coisa apenas porque disseram que era verdade. Procure saber a razão de tudo, recuse o que não for explicado, questione as coisas por diversos lados (SCHMIDT, 1999, p.9).

Como pode-se ver o autor sugere que o estudante questione e veja os diferentes modos de entender a realidade estudada, não confie apenas no que está sendo transmitido a ele, na verdade cada autor tem seus próprios valores pessoais.

Esse livro “Nova História Crítica”, coloca ao aluno a possibilidade de chegar a diferentes conclusões sob seu ponto de vista em particular, pois o autor coloca sobre suas dúvidas, mas expõe que a crítica nos ensina a pensar por conta própria, sem nos submetemos a ninguém, ou seja, pensamentos construídos pela autonomia, porque é assim que o livro de Mário Schmidt transparece em sua leitura e observação de sua organização em conteúdos com reflexões.

Além dos livros da 5ª Série, da 6ª Série, tem o da 7ª Série, e 8ª Série, no entanto a organização dos livros são semelhantes quanto ao estímulo crítico dos alunos, ao tempo em que seus conteúdos são trabalhados diferenciados por séries escolares.

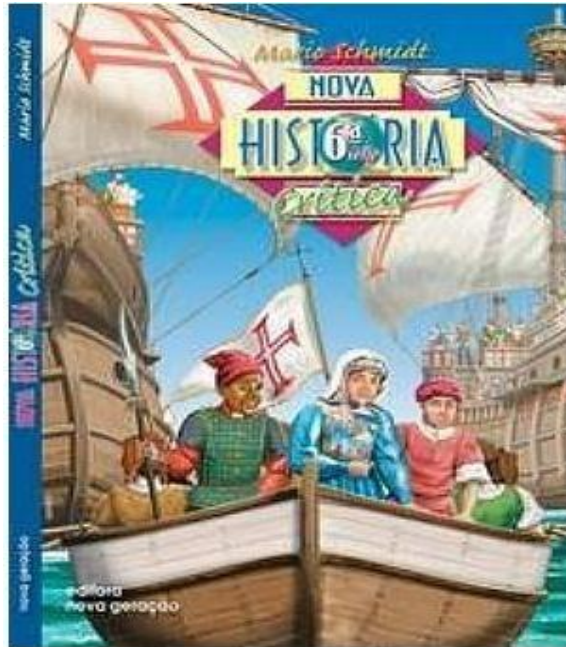


Figura 3: Capa do Livro Nova História Crítica 6ª Série.

Fonte: SCHIMDT, Mário Furley. **Nova História Crítica.** – 6ª série– São Paulo: Ed. Nova Geração, 1999.



Figura 4: Capa do Livro Nova História Crítica 7ª Série.

Fonte: SCHIMDT, Mário Furley. **Nova História Crítica.** – 7ª série– São Paulo: Ed. Nova Geração, 1999.

Quanto a isso, o livro da 8ª Série por ser o último da coleção “Nova História Crítica”, tem 19 capítulos e são abordados diferentes assuntos históricos, tendo sido trabalhado no decorrer dos anos até 2007. O índice desse livro trabalha uma retrospectiva do que já foi estudado nos anos anteriores, e acrescenta os conteúdos: Capítulo 1, “A Primeira Guerra Mundial”; capítulo 2, “A República Velha”; capítulo 3, “A Revolução Russa”; o capítulo 4, “Rebeliões na República Velha”; capítulo 5, “Revolução nas Artes e nas ciências”; Capítulo 6, “A Revolução Mexicana”; Capítulo 7, “A crise de 29”; Capítulo 8, “As Ditaduras Fascistas”; Capítulo 9 “A Era do populismo”; Capítulo 10, “A Segunda Guerra Mundial”; Capítulo 11, “A Guerra Fria”; Capítulo 12, “A Consciência do Terceiro Mundo”; Capítulo 13, “A Crise do Populismo”; Capítulo 14, “América Velha”; Capítulo 15, “De Juscelino ao golpe de 64”; Capítulo 16, “Os anos Rebeldes”; Capítulo 17, “Os Anos 70”; Capítulo 18, “A Ditadura Militar no Brasil”; e o último Capítulo 19, “O Mundo Contemporâneo”.

As ilustrações e os coloridos fazem parte dos livros de Mário Schmidt, trazendo a história para visualizarmos em imagens, também as imagens de capa dos livros estão relacionadas a cada momento da história em especial.



Figura 5: Capa do Livro Nova História Crítica 8ª Série.

Fonte: SCHIMDT, Mário Furley. **Nova História Crítica**. – 8ª série– São Paulo: Ed. Nova Geração, 1999.

O livro “Nova História Crítica” da 8ª Série é bastante reflexivo como os livros anteriores dessa coleção. O diferencial está no fato de encerrar o Ensino Fundamental, por

isso demonstra maior embasamento ao colocar de início os questionamentos de “porque tudo isso?”, quando diz respeito a guerras e processos históricos. Os exercícios e as reflexões são mais voltados a respostas pessoais dos alunos, os assuntos funcionando como complementos aos entendimentos deles sobre o assunto abordado.

Mesmo diante, de uma coleção de livros que como explicitou-se em seu conteúdo e na estrutura organizativa desses livros didáticos, que com potencial crítico e reflexivo devem estimular o conhecimento histórico, eles foram reprovados pelos MEC no ano de 2007, fato intrigante no mínimo, e necessário de reflexão e pesquisa sobre a crítica de Ali Kamel que supostamente teria sido o estimulante desse acontecimento.

## **1.2 A crítica e Ali Kamel**

Os livros didáticos escolares até 2007, da disciplina de História em muitas escolas brasileiras públicas e privadas eram da coleção “Nova História Crítica” do autor Mário Schmidt, no entanto esse livro foi reprovado pelo Ministério da Educação e no ano seguinte deixou de fazer parte dentre as opções de escolhas do livro didático escolar.

Segundo Toledo (2008, p. 38) “A coleção de Schmidt está envolvida em uma polêmica, descoberta por nós durante a pesquisa, iniciada em setembro de 2007”, ao realizar uma pesquisa sobre o Livro “Nova História Crítica”, o autor deparou-se em meio à polêmica naquele momento.

Os livros didáticos dessa coleção foram reprovados pelos MEC e desqualificados no ano de 2008, mas muitos alunos e professores, contrários a essa ação debateram em torno dessa problemática como sugeriu-se que:

Os livros didáticos da “Nova História Crítica” foram desqualificados por alguns críticos que desaprovam sua adoção nas escolas públicas brasileiras. A discussão rendeu inúmeros debates entre profissionais da área da educação e também de intelectuais brasileiros. Alguns se colocam a favor da obra de Schmidt e defendem o uso da coleção (TEODORO, 2008, p.38).

Nesse cenário, a polêmica de Ali Kamel ao realizar uma crítica à coleção de Schmidt, não passou despercebida, e tão pouco desassociada da ação de desqualificação do livro didático pelo MEC.

No entanto, a polêmica inicia-se a partir de um artigo publicado<sup>3</sup> por Ali Kamel a respeito do livro “Nova História Crítica”. Ali Kamel é Diretor de Jornalismo da Rede Globo de Televisão, em seu artigo intitulado: “O que ensinam às nossas crianças” ele afirmou que:

Não vou importunar o leitor com teorias sobre Gramsci, hegemonia, nada disso. Ao fim da leitura, tenho certeza de que todos vão entender o que se está fazendo com as nossas crianças e com que objetivo. O psicanalista Francisco Daudt me fez chegar às mãos o livro didático. Nova História Crítica, 8ª série” distribuído gratuitamente pelo MEC a 750 mil alunos da rede pública. O que ele leu ali é de dar medo. Apenas uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo, que só fracassou até aqui por culpa de burocratas autoritários. Impossível contar tudo o que há no livro. Por isso, cito apenas alguns trechos (KAMEL, 2007, p.7).

Assim, nota-se que Ali Kamel apresenta de modo chocante o socialismo, numa defesa ao sistema capitalista que pode-se dizer até além da defesa natural, mas atualmente o capitalismo como pode-se perceber sofre de crises cíclicas, e é esse mesmo sistema que absurdamente gera a desigualdade social no Brasil, essa má distribuição de renda, está paralela a concentração de bens ocasionados pelos que Ali Kamel chama burocratas autoritários.

A forma como a crítica é colocada por Ali Kamel, citando vários trechos da referida obra didática especialmente do livro da oitava série do Ensino Fundamental, onde segundo ele encontram-se mais afirmações incorretas. Parecem incoerentes, pois Schmidt ao iniciar seus livros introduz falando que até os fatos postos neles devem ser visto com criticidade uma vez que o próprio autor não vivenciou aquelas épocas, mas sim analisou visões que de quem as fez.

Ainda nessa análise do artigo do diretor de Jornalismo da Rede Globo de Televisão, compreendo como infeliz a colocação de Ali Kamel ao falar que Schmidt é enganador de crianças ao colocar fatos falsos. Ou seja, para ele: “Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Senão for algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém” (KAMEL, 2007, p. 7).

Dessa maneira, Ali Kamel esboça sua compreensão a cerca do livro como uma espécie de raiva, ele se coloca totalmente contrário a continuação do livro “Nova História Crítica”, e a

---

<sup>3</sup>Confira o artigo “O que ensinam as nossas crianças” de Ali Kamel e comentários sobre essa polêmica em [www.vermelho.org.br/noticias/23852-8](http://www.vermelho.org.br/noticias/23852-8). Acesso em 18 de julho de 2014.



polêmica surte efeito radical, no sentido de apelação para o MEC, para o congresso e principalmente aos leitores do Jornal O Globo, que começam a especular em torno das críticas, levando a opinião de Ali Kamel a uma grande polêmica. E de maneira apelativa, que o Diretor de Jornalismo da Rede Globo sugere que alguém precisa fazer algo que tire das escolas os livros de Mário Schmidt.

As críticas postas sobre essa polêmica dividissem opiniões. Osvaldo Lemos, Diretor de Relações Internacionais da UBES, comentou, em 20 de setembro de 2007, que a matéria de Ali Kamel estaria retomando a censura dos tempos da Ditadura Militar e se posicionou a favor da coleção “Nova História Crítica”. De acordo com Lemos:

A diversidade de opiniões deve ser respeitada. A mídia não pode exercer este papel desastrado de censor. Isso nós já superamos, derrotamos, com o enterro da ditadura. A grande imprensa quer impor à população apenas a sua visão de mundo. Isso é um absurdo (LEMOS, In: TEODORO, 2008, p. 49).

Diante do posicionamento de Lemos, muitas opiniões passaram a se dividir, ao tempo em que Mário Schmidt, deu respostas ao artigo de Ali Kamel, afirmando que seu livro expressa uma visão que incomoda a Rede Globo, que é uma grande TV e que acima de tudo, presta ideias monopolizadas.

De acordo com Schmidt, o insulto é fruto do motivo de seu livro criticar as estruturas injustas postas à sociedade, assim ele e a Editora Nova Geração afirmaram que:

Nova História Crítica da Editora Nova Geração não é o único nem o primeiro livro didático brasileiro que questiona a permanência de estruturas injustas e que enfoca os conflitos sociais em nossa história. Entretanto, é com orgulho que constatamos que nenhuma outra obra havia provocado reação tão direta e tão agressiva de uma das maiores empresas privadas de comunicação do país (SCMIDT, In: TEODORO, 2008, p.50).

Dessa maneira, não foi uma autodefesa, mas sim uma demonstração dando visibilidade ao que muitos haviam prestado crítica às afirmações de Ali Kamel em apologia ao sistema capitalista e permanência de ideias que não confrontem ou sugiram outra forma de sistema de capital, o qual ainda vigente demonstra a desigualdade social e concentração de renda.

São as críticas feitas ao sistema vigente que incomodam, como pode-se perceber a obra de Schmidt tem “características que nos indicam uma nova forma de apresentação dos livros didáticos nas últimas décadas do século XX”, como ressalta Teodoro (2008).

Outro aspecto ou mesmo percepção da obra de Mário Schmidt é que ele explana em seus livros os conteúdos com uma semelhança em relação às ideias marxistas. O que segundo Teodoro (2008) ela leva-nos a entender que mesmo sendo abordado o marxismo<sup>4</sup> em certa semelhança, “entretanto também nos mostra uma simpatia com as revoluções burguesas, os filósofos de idéias liberais como John Locke e Adam Smith e iluministas como Rousseau e Voltaire, ligados ao capitalismo”.

E nesse contexto, de acordo com a obra de Schmidt (1999), a ideologia do livro é a de Kant, e esta implica que os indivíduos se habilitem a pensar por si próprio.

Segundo Teodoro (2008), os livros didáticos de Schmidt eram ainda estruturados e seguiam os pré-requisitos estabelecidos pelo MEC, “pré-estabelecidas pelo governo através do MEC e da Secretaria responsável pelo material didático”. Como responsáveis pelas orientações sobre as condições de participação no Programa Nacional do Livro Didático-PNLD.

Não foi repentinamente a decisão de retirada dos livros de “Nova História Crítica” das escolas, pois de acordo com Lemle (2007) ele veio durante algum tempo atuando com ressalvas aos professores feitas pela banca do MEC, mas precisamente em abril de 2007 teria sido tirado da lista de veiculação.

De acordo com Lemle (2007) a crítica de Ali Kamel só veio à tona em setembro de 2007, ou seja, meses depois dessa coleção ter sido tirada de veiculação. Conforme ressalta:

Apesar de o livro ter sido retirado da lista em abril, a polêmica veio à tona semana passada setembro de 2007, com a veiculação, em O Globo e no Estado de São Paulo, de um artigo do jornalista Ali Kamel chamando atenção para o conteúdo do livro e o que é ensinado nas escolas brasileiras. “Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Se não for, algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém”, conclui o jornalista, que é diretor-executivo da Central Globo de Jornalismo (LEMLE, 2007).

As alegações feitas pelas críticas de Kamel seriam de que os livros de Schmidt eram de dar medo ao colocar passagens que segundo ele não caberiam a uma compreensão histórica

---

<sup>4</sup>Corrente político-social surgida no século XX, no seio da intelectualidade liberal burguesa da Rússia. Struve, Bulgákov, Túgan-Baranóvski e outros, apresentando-se como partidários do marxismo, escolheram da doutrina de Marx unicamente a sua teoria sobre a inevitabilidade da substituição da formação socioeconômica feudal pela capitalista. In: Dicionário Político. Disponível em [https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marxismo\\_legal.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marxismo_legal.htm). Acesso 21 de julho de 2014.

e se caracterizavam como apologia ao marxismo, dentre elas as que falam da Revolução cultural chinesa e cubana.

Lemle (2007) tem posicionamento a favor das ideias de Ali Kamel ao reforçar colocando as ideias do historiador de renome nacional, Ronaldo Vainfas. Ele ressalta que “Para Ronaldo Vainfas, professor de História Moderna na Universidade Federal Fluminense” o livro tem várias passagens que Kamel expôs foram bem escolhidas “porque indicam, sem a menor sombra de dúvida, que o livro não pretende ensinar história às crianças da oitava série, mas fazer pregação marxista e revolucionária, multiplicando a desinformação”. O que Lemle (2007) ousa chamar de “proselitismo doutrinário do livro”, e ainda afirmar que era “um atentado à liberdade de consciência” negando a historicidade e crítica, e ainda fala que os livros de Mário Schmidt prestam grande desserviço ao Ensino de História, negando assim, o papel crítico desses.

Com isso, a crítica de Ali Kamel aqui exposta resume-se a afirmar que os livros de Schmidt estavam em desacordo com a História e que ensinava os assuntos de maneira tortuosa, e ainda que algumas passagens dos livros “Nova História Crítica” davam medo por fazer apologia enganosa, resumindo que esses livros constituíam-se apenas em pregar ideologia socialista e mesmo com viés marxista de pensar. No entanto, o questionamento feito por Ali Kamel é desproporcional a começar dele não possuir essa autoridade acadêmica para determinar o que está ou não em desacordo com a história. Quanto a sua afirmação se assim fosse o marxismo revolucionário, uma revolução busca nesse sentido mudar uma realidade necessária ou mesmo desigual como é o sistema capitalista, o certo seria fazer apologia ao sistema capitalista, ao que parece a crítica de Kamel, aos olhos de Lemle e Ronaldo Vainfas no parágrafo anterior.

Mas a contradição na informação prestada por Lemle (2007) é devido ao fato de que depois de aprovados pelo MEC, os livros são colocados em um guia onde poderão ser escolhidos por professores de todo o país, se aquele não está incluso não pode ser escolhido. O livro de Schmidt foi incluído nesse guia em 1999, mas somente em 2001 começa a fazer parte dos livros didáticos brasileiros.

A criticidade nos livros de Schmidt é marcante, pois, segundo Teodoro (2008) “Todos os volumes da coleção de Schmidt, inclusive os exemplares destinados aos professores, possuem um texto de apresentação que ocupa as primeiras páginas dos livros”, fato que pode-se confirmar nos exemplares de Schmidt (1999), a apresentação é intitulada “Modo de Usar Este Livro” e nela o autor dialoga diretamente com o aluno, expondo informações sobre a

coleção e como o aluno deverá realizar seus estudos com base no livro, dessa maneira o autor expõe que até suas próprias informações podem ser criticadas ou aprofundada a análise.

Os conteúdos como pode-se notar dos livros de Schmidt são munidos de muitas informações, intercalando ilustrações e textos, imagens. No contexto, e os conceitos são tratados ao longo do texto ou em quadros coloridos, e chamando atenção para informações mais relevantes. No entanto, se a crítica de Ali Kamel não foi motivo único da retirada do livro de Schmidt das salas de aula, mas por outro lado teve grande influência da defasagem e descontinuou um trabalho crítico e reflexivo alegando ideologia a corrente marxista como insana e mesmo amedrontando, fato que leva a reflexão de que Ali Kamel faz apologia ao regime capitalista e, portanto, a desigualdade social, concentração de renda e demais traços monopolistas desse sistema, prejudicando de fato o livro de Mário Schmidt com essa crítica.

### **1.3 O livro de Mário Schmidt depois da crítica**

Aproximando-se de um entendimento da análise sobre a crítica feita ao livro de Schmidt “Nova História Crítica”, e ainda, com o objetivo de conhecer a coleção aqui analisada, junto à polêmica que supostamente a tirou de veiculação, buscou-se informações sobre o autor e obtivemos êxito em saber que a obra deixou de ser livro didático indicados pelo Ministério da Educação, porém mesmo diante disso, não perdeu a usualidade como fonte de pesquisa crítica por professores e alunos.

No entanto, quanto a um contexto mais geral o livro ficou esquecido no que fala Cafardo e Roxo (2009) que na publicação feita online pelo jornal “O Estadão de São Paulo”, as obras de Schmidt foram utilizadas até 2007 por cerca de 20 milhões de alunos e pessoas usaram a obra mesmo depois de tirada de veiculação pelo Ministério da Educação.

Segundo o que é publicado pelas ideias de Cafardo e Roxo (2009):

A coleção de livros didáticos Nova História Crítica, do autor Mario Schmidt, já foi usada nos últimos dez anos por mais de 20 milhões de estudantes no País. O livro foi rejeitado neste ano pela avaliação do Ministério da Educação (MEC) e tem sido acusado de veicular propaganda ideológica (CAFARDO e ROXO, 2009, p.2).

Mesmo assim, continuou a ser utilizado pelos alunos e ainda pelos educadores que defendiam a livre expressão posta e as características críticas colocadas por Mário Schmidt em seus livros “Nova História Crítica”.

Mesmo com a reprovação pelo MEC, a coleção de Mário Schmidt continuaria a veicular por dois anos seguintes, devido, no cumprimento de prazos que são colocados ao uso dos livros didáticos escolares. Segundo Cafardo e Roxo (2009) ao falar do que ressaltou a Editora dos livros:

Segundo a Editora Nova Geração, responsável pela publicação, foram comprados e distribuídos a escolas de todo o País 9 milhões de exemplares nos últimos anos. Como o governo só compra livros didáticos a cada três anos, o exemplar deve ser repassado para os colegas mais novos duas vezes [...] (CAFARDO e ROXO, 2009, p.2).

No entanto, depois de passados esses anos estabelecidos pelo Ministério da Educação, de acordo com a autora Silva (2011) o livro didático, “Nova História Crítica” hoje é tido como um livro de abordagem ultrapassada por alguns, escolhidos pela preeminência no Distrito Federal e alocado nas escolas públicas do país.

O guia do livro didático de 2013, para o Ensino Fundamental orienta que “O livro didático participa desse processo como um recurso auxiliar na condução do trabalho didático. Ele é mais um interlocutor que passa a dialogar com o professor e com o aluno” (MEC, 2012, p. 10). Também sugere o Guia do livro didático publicado pelo MEC (2012) que “Nesse diálogo, tal texto é portador de uma perspectiva sobre o saber a ser estudado e sobre o modo de se conseguir compreendê-lo mais eficazmente”, ou seja, o livro didático deve ser compreendido de modo eficaz, deixando em aberto que a compreensão deve ser do leitor.

Na coleção de Mário Schmidt, o que não tem nessa coleção é a questão das divisões de ordens que explique a realidade social da idade Média, ou seja:

Os autores não problematizam a divisão das três ordens: servos, nobres e clero para explicar a realidade social da Idade Média. É como se no medievo só existissem essas três categorias sociais e elas fossem bem definidas, com um papel específico e único a desempenhar, separadas umas das outras, sem entrelaçamentos e nuances entre si. Silencia-se toda e qualquer mobilidade social ou concomitância de papéis, ignorando que: bispos podiam ser senhores (muitos de origens humildes); nobres podiam também ser comerciantes e professores; um burguês poderia se tornar nobre ao comprar terras e títulos de nobreza (ou seja, a nobreza é hereditária, mas também adquirida); camponeses ou gente oriunda de estratos inferiores, por meio dos estudos universitários podiam se tornar administradores, advogados e altos funcionários reais (SILVA, 2011, p.16).

Esses motivos apontados da falta das divisões das ordens: servos, nobres e clero, essas três divisões que movimentavam a vida na Idade Média, são também as que organizam as sociedades posteriores, as especificidades delas e a organização foi sentida na obra de Schmidt.

Caindo muito em desuso nos anos posteriores como nota-se devido à escolha de outros livros didáticos de História para as escolas, nota-se que essa obra não veicula e nem vende mais como no momento de aprovação pelo MEC, mas que devido ao seu caráter reflexivo em diversas outras questões, os professores fazem uso, pois no ensino de história, “Todavia, é necessário pensar que a compreensão dos nossos dilemas atuais não pode ser explicada unicamente a partir de acontecimentos restritos ao presente” Silva (2012, p. 14), e ainda porque devido à criticidade desses livros e a atualidade coloca-se frente à questionamento do passado e análise das relações entre vivências sociais nos diferentes momentos. Mesmo assim, ele tem pouca visibilidade, e os professores na maioria adotam livros mais recentes.

Porém, ao falar-se de criticidade as obras de Schmidt detinham esse aspecto até certa compreensão as críticas de Ali Kamel foram bastantes polêmicas e de certo modo dividiu opiniões. Mas, de acordo com o que sugere Silva (2012), “Ao que tudo indica o princípio de ampliar o rigor das avaliações a cada edição do PNL D, como afirma Bezerra (2006), pode ter sido a principal razão da reprovação da Nova História Crítica para o PNL D 2008”.

Contudo, com clareza chega-se a conclusão de que a crítica de Ali Kamel não tenha sido o único motivo da defasagem do livro no contexto escolar como um dos mais veiculados, e mesmo pode-se afirmar que esse foi um dos motivos reais, mas entendeu-se nessa pesquisa que a interpretação desses livros, das críticas e da descontinuidade do uso dos livros “Nova História Crítica” na escola permite concluir que existe um descompasso entre a avaliação dos que dão o parecer sobre os livros e das escolhas dos professores de História das séries finais do Ensino Fundamental, quanto às abordagens didáticas.

Diante disso, faz-se necessário a compreensão do Ensino de História em particular da Escola Francisco José dos Santos, a partir do ponto de vista dos professores da disciplina História e baseado nos anos em que esteve os livros da coleção de Mário Schmidt como livro didático escolar.

## 2 O ENSINO DE HISTÓRIA NA UNIDADE ESCOLAR FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS

O Ensino de História tem base na integração, no conjunto das disciplinas no contexto escolar, e nesse aspecto é necessário que compreenda-se que disciplina é um assunto polêmico sobre sua concepção existindo duas ideias<sup>5</sup>, em posições desiguais segundo Bittencourt (2004, p. 35) “alguns defensores da ideia de disciplina como “Transposição didática” e outros a colocam como “um campo de conhecimento autônomo”.

Considerando a transposição didática Schmidt (1999, p. 35) afirma que “é um processo de transformação científica, didática até a sua tradução no campo escolar”, isso significa dizer que ela permite pensar a transformação de um saber científico e social que afeta os objetos do conhecimento em saber ensinar, podendo ser em manuais, na explicação do professor, de fato um processo de criação e não apenas de reduzir a transmissão do aprendizado.

O Ensino de História como um campo de conhecimento autônomo pode ser entendida devido à hierarquização do conhecimento, tem conotações sociais, e ser ainda instrumento de poder de determinados setores da sociedade. Circe Bittencourt (2004, p. 38) explica que segundo “André Chervel, ao defender a disciplina escolar como entidade relativamente autônoma, considera as relações de poder próprias da escola”.

Diante disso, o ensino de história insere-se nesse contexto das disciplinas, pela seleção de conteúdos escolares com finalidades específicas às quais se destinam, não decorrendo apenas dos objetivos das ciências de referências, mas sim, de um complexo sistema de valores e interesses próprios da escola e do papel que essa desenvolve no âmbito educacional na sociedade.

Para Bittencourt (2004) as disciplinas têm finalidades e estabelecê-las é necessário para uma articulação entre objetivos da escola e objetivos educacionais no geral, sendo suas: “As finalidades de uma disciplina escolar, cujo estabelecimento é essencial para garantir sua permanência no currículo, caracterizam-se pela articulação entre os objetivos instrucionais mais específicos e os objetivos educacionais mais gerais” (BITTENCOURT, 2004, p. 41).

---

<sup>5</sup>Quanto as duas ideias são justamente: ideia de disciplina como “Transposição didática” e a outra ideia que coloca a disciplina de história como “um campo de conhecimento autônomo”.

No terreno em que estão inseridas as disciplinas cada um delas estabelece seus objetivos no intuito de contribuir para a formação intelectual e cultural que desenvolva o pensamento e a criticidade das “capacidades diversas de comparação, dedução, criatividade, argumentação lógica e habilidades técnicas entre outras” (BITTENCOURT, 2004, p. 41).

No caso do Ensino de História a sua construção está organizada em distintas separações entre a história escolar do que falam os historiadores no Brasil, assim como percebe-se as especificidades e diferenças no ensino de história na cidade de Santa Rosa do Piauí em específico da Unidade Escolar Francisco José dos Santos, na abordagem do ensino dos anos de 2001 a 2003.

## **2.1 O Ensino de História no Brasil**

O Ensino de História no Brasil, após 1930, foi tema de disputas, debates e de lutas políticas e teóricas. Em meados da década de 1960 no que se refere ao período da ditadura civil- militar, constitui-se em uma disciplina específica em detrimento da disciplina “Estudos Sociais”.

Segundo Silva e Fonseca (2010, p. 13):

O Ensino de História na educação básica brasileira foi objeto de intenso debate, lutas políticas e teóricas no contexto de resistências à política educacional da ditadura civil-militar brasileira (1964-1984). Isso significou refletir sobre o estado do conhecimento histórico e do debate pedagógico, bem como combater a disciplina “Estudos Sociais” e a desvalorização da História, os currículos fragmentados, a formação de professores em Licenciaturas Curtas e os conteúdos dos livros didáticos difundidos naquele momento [...].

Coloca-se em discussão a desvalorização da História, assim como exigências de mudanças tanto nos currículos escolares, como nas formações de professores em licenciaturas e suas formas de ofertas naquele período da história.

Com o fim do período ditatorial em 1985 não significou o término das dificuldades anteriores e posteriores a ele enfrentadas no ensino de história, mas como afirma Silva e Fonseca (2010, p. 13) que “Algumas tendências nesse campo específico se fortaleceram a partir daquela conjuntura e de sua superação em termos políticos gerais”, como são o caso das



escolas privadas e do recuo dos sindicatos, e outras entidades desviando-se do debate das políticas educacionais para o ensino de história.

Por outro lado a década de 1980 foi um momento de desenvolvimento científico pela crescente abertura para pesquisas, valorizando a cultura escolar e os saberes, assim como o ensino de história refletida não apenas no ensino do que dizem, mas na produção escolar feita pelas pesquisas como sugere Silva e Fonseca (2010, p. 14):

Ao mesmo tempo, cresceu a pesquisa científica cujo objeto de estudo é o ensino e a aprendizagem de História (...). Essa foi uma conquista importante porque reafirmou, entre nós, a concepção de que ensinar História não é apenas repetir, reproduzir conhecimentos eruditos produzidos noutros espaços: existe também uma produção escolar.

O significado grandioso que teve a pesquisa científica no Ensino de História é notável no final do século XIX, pois reafirma a compreensão de que ensinar História não é apenas repetir e mencionar conhecimentos ilustrados, antigos. A pesquisa trás a oportunidade de comprovação de fatos históricos, através da produção escolar, nas pesquisas acadêmicas que podiam ser postas em prática comprovavam hipóteses sobre o ensino de História.

Em outra concepção Bittencourt (2004, p. 48) ressalta que a existência a partir do século XIX de constantes aproximações e separações entre história escolar e a história dos historiadores, e ainda que os estudos nesse século assegurassem a existência de história universitária.

No Ensino de História segundo Bittencourt (2004, p. 48) predomina a divisão da história em grandes períodos tais como: Antiguidade, Idade Média, Moderna e Contemporânea. E de acordo com essa autora “Essa divisão é a que prevalece nos cursos de histórias tanto de bacharelado como de licenciatura e que se tem mantido desde a reformulação decorrente da Lei de Diretrizes e Bases de 1962”.

Conforme Elza Nadai (1993, p.144) o lugar socialmente da História como disciplina conduz a uma disciplina autônoma escolar, o que segundo ela:

A História como disciplina escolar autônoma surgiu no século XIX, na França, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas, sendo marcada por “duas imagens gêmeas”, no dizer de François Furet: a genealogia da nação e o “estado da mudança, daquilo que é subvertido, transformado, campo privilegiado em relação aquilo que permanece estável”.

Quanto a essa autonomia anteriormente vivia-se no século XVIII, a atomização do objeto histórico<sup>6</sup>, assim, com a disciplina História na escola ela se dividiu na história da nação e do estado, permeado de transformações no campo histórico.

De acordo com Elza Nadai (1993, p.145) o século XIX remodela “um conjunto de saberes específicos e técnicos”, remodelado através do modo científico, “dado pela concepção positivista que adotando a linguagem das ciências naturais, estabeleceu um novo sentido da história”, e o sentido era constituído na imagem privilegiada (mas não única) do progresso da humanidade e “uma matéria que deve ser estudada, um patrimônio de textos, de fontes, de monumentos que permitem a reconstituição exata do passado”.

Nesse cenário mundial que organizava a história como científica, no Brasil ocorria no interior desse mesmo movimento, logo afirma Elza Nadai (1993, p.145):

No Brasil, a constituição da história como matéria de pleno direito ocorreu no interior dos movimentos de organização do discurso laicizado sobre a história universal, discurso no qual a organização escolar foi um espaço importante das disputas então travadas, entre o poder religioso e o avanço do poder laico, civil.

Nesse entendimento, a História como matéria apresenta-se de um lado permeada pelas influências religiosas e de outro pela intervenção do poder laico civil, e mesmo assim, ela evolui das dificuldades iniciais de sair de um simples método da história da civilização do homem para o que Elza chama de alinhamento total, ainda no século XIX. Esse alinhamento total é ressaltado com “as duas vertentes assinaladas na Europa: a história é a nação, e a história é a civilização” (NADAI, 1993, p. 146).

No Brasil, “sob influência do pensamento liberal francês e no bojo do movimento regencial, após a independência de 1822, estruturou-se no município do Rio de Janeiro o Colégio Pedro II” (NADAI, 1993, p. 146).

Com o passar dos anos, e mais precisamente, no início do século XIX, o Ensino de História está marcado pelas ideias e modelos de disciplinas advindos do discurso Liberal, implantando, assim, no Colégio Pedro II, desse modo o:

---

<sup>6</sup>Atomização do objeto histórico diz respeito à consciência humana, afirmando que o homem se constitui sob determinadas condições sociais, resultado da atividade de gerações anteriores. AGUIAR (2000).

Século XIX pelo ideário das nacionalidades; na França, o discurso liberal defendeu a laicização da sociedade e a formação da nação moderna. Estes princípios foram os norteadores do sistema educacional francês, como também da organização dos currículos de história. No Brasil, sob o manto do ideário liberal, em 1838 foi criado um programa de ensino de história para o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, que reafirmava a tendência vigente. Iniciava esse programa com o estudo geográfico do território nacional, a organização social, política e cultural dos habitantes encontrados pelos europeus – os índios –, e em seguida estudava-se a política portuguesa de exploração e colonização, os processos religiosos de catequização, o negro como um trabalhador escravo. (ZAMBONI, 2003, p.369).

Nesse contexto firmava-se o Ensino de História no país, constituindo-se como fundamentos e unidade na supremacia brasileira das ideias liberais para educação, na organização do ensino de história o currículo adotado era composto de métodos de caráter geográfico associando assim o Ensino de História a geografia, era um conjunto que somava aspectos geográficos do território, sociedade, política, cultura dos habitantes e processo religioso do Brasil.

O Ensino de História já no período republicano tem suas características de concepção aprofundadas ainda mais com as reformas curriculares, em 1931 e 1942, delas o avanço da história do sistema educacional, assim como, pela expressão dos sentimentos, e a criação pelo Governo Vargas do Departamento de Imprensa e Propaganda- DIP (ZAMBONI, 2003).

Segundo Zamboni (2003, p. 370):

Nas reformas curriculares de Francisco Campos, em 1931, e na de Gustavo Capanema, em 1942, em plena ditadura de Getúlio Vargas, a questão nacional continuou sendo o fio condutor do ensino de história e do sistema educacional tanto na formação política dos jovens como na formação da consciência nacional. A propaganda imagética, explorando as emoções, os sentimentos, a memória afetiva, os símbolos, imagens, rituais, reforçou o princípio da nacionalidade e facilitou a centralização política.

Esse era o cenário que permeava e influenciava o pensamento da população, assim como intervinha no ensino de história, mas é no ano de 1950, que o governo de Juscelino Kubitschek, que o viés nacionalista continua a ser reforçado como nos fala Zamboni (2003) pela introdução do estudo de história:

No Brasil, na década de 1950, tivemos uma nova orientação política durante o governo de Juscelino Kubitschek e o viés nacionalista continuou sendo reforçado, com a introdução dos estudos de história da América, com o ideário de Brasil grande, moderno, industrial, homogêneo de norte a sul (ZAMBONI, 2003, p. 371).

A década de 1950 tinha cara nacionalista e com ideário brasileiro, moderno e industrial, realidade essa que começaria a mudar durante o ano de 1961, pela regulamentação que trazia a nova Lei de Diretrizes e Bases da educação nº 4.024 de 1961 que regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no governo do presidente João Goulart que vetou 25 artigos que posteriormente receberam aprovação pelo Congresso (ZAMBONI, 2003, p. 371).

Essa lei entrava em vigor no Brasil, no início do período ditatorial, que leva em sequência ao abandono da disciplina de história da América dentro dos próprios ditames da lei. Entra-se então num período de repressão e que seria abandonada qualquer ação reflexiva por força da lei, que os ditadores impunham, mas foi durante a ditadura militar que o Congresso Nacional aprovou a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com a Lei nº 5.692/71, que modificou o sistema escolar. Algumas mudanças foram: criação de três áreas de saberes; e o ensino fundamental passou de quatro para oito anos, os estudos atendiam a população urbana. Mas que mais tarde seria revogada pela Lei 9.394 de 1996 (BRASIL, 1971).

Somente com a abertura política na década de 1980, com a redemocratização do país, e posteriormente pelo estabelecimento da democracia com a Constituição Federal de 1988, é que anos depois em 1996, é elaborada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, nº 9394/96, nela são estabelecidos princípios democráticos (ZAMBONI, 2003, p. 372).

A LDB nº 9394/96 ainda em vigência estabelece o ensino de história como disciplina do currículo base, sendo que em 1998 é organizado “os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs, para o Ensino Fundamental e Médio, anulando os currículos anteriormente organizados” (BRASIL, 1998, p. 54).

Também vigentes na atualidade os PCNs para o Ensino de História refere-se ao terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental, segundo os parâmetros para o ensino de História que foram elaborados procurando “respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo”, e com isso diz respeito a todas as regiões brasileiras (BRASIL, 1998, p. 5).

Atualmente os PCNs, norteiam o trabalho docente com a disciplina de História para que “o saber histórico tem desse modo, possibilitado e fundamentado alternativas para métodos de ensino e recursos didáticos, principalmente para valorizar o aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem” (BRASIL, 1998, p. 30).

Entretanto, são as abordagens dadas aos conteúdos, e ao que norteia os PCNs que professores poderão historicizar o passado e o presente, diante da realidade cotidiana de maneira crítica e reflexiva, mantendo relações de compromissos com a realidade social brasileira atual.

## **2.2 A cidade de Santa Rosa do Piauí e a Unidade Escolar Francisco José dos Santos**

A cidade de Santa Rosa do Piauí teve sua formação administrativa, primeiramente pela elevação à categoria de município com a denominação Santa Rosa, o nome Santa Rosa do Piauí advém do ex-povoado de Santa Rosa e constituído do distrito sede desse município que teve sua instalação em 01 de janeiro de 1993, em divisão territorial datada de 1999.

Embora antes da divisão territorial referida, a trajetória inicia-se pelo artigo 35, inciso II, do Ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição estadual de 05 de outubro de 1989, com topônimo, área territorial e limites estabelecidos pela Lei Estadual nº 4477, de 29 de abril de 1992, que desmembrado-a de Oeiras, torna-a cidade município (IBGE, 2013). O município é constituído do distrito sede, organizado e permaneceu com essa divisão territorial, datada do ano de 2007 (IBGE, 2013).

Santa Rosa do Piauí é município que se localiza no sudeste piauiense a uma latitude 06° 47' 57" sul e a uma longitude 42° 17' 17" oeste, estando a uma altitude de 0 metro. Sua população estimada em 2013 era de 5.182 habitantes. Possui uma área de 340,198 km<sup>2</sup>, a densidade demográfica de 15,14 por hab/ km<sup>2</sup>, de gentílico Santarosense (IBGE, 2013).

O local onde está situada atualmente a cidade de Santa Rosa do Piauí era constituído de terras desativadas, que não eram utilizadas nem para agricultura. Com sua ativação inicial em 1992 tinha a denominação de Fazenda Patos assim chamada pelos fazendeiros que residiam, tendo como economia primária a agricultura e a pecuária. Nessa região existiam várias fazendas o que fez surgirem muitas vilas, povoados que em seguida elevaram-se a categoria de cidade, contexto esse que colocou-se para Santa Rosa do Piauí também, e teve como cidade originária Oeiras. “Situado pelo pioneiro a margem direita do Riacho Mocha, a apenas seis quilômetros de sua barra do Canindé” (DAGOBERTO, 1999, p. 15).

Essa era a situação inicial de Santa Rosa do Piauí-PI em sua formação como município. Já quanto ao contexto educacional, ganha expressividade a partir de 1990 com sua

emancipação política, consolidada em 29 de abril de 1992, através do Decreto Lei municipal de nº 4.177. Com a criação da cidade de Santa Rosa do Piauí, também ocorreu nesse ano à primeira eleição que elegeria o prefeito dessa cidade (DAGOBERTO, 1999).

Após sua emancipação política são criados órgãos, tais como: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa do Piauí; Unidade Escolar Francisco José dos Santos; Pré-escola Núcleo da Alegria e a Rádio Alternativa FM. Interessa nessa pesquisa então os órgãos educacionais, pois demonstra nessas duas unidades de ensino a construção da educação escolar formal nessa cidade.

Quanto a essas duas primeiras instituições em Santa Rosa do Piauí, além da Unidade Escolar Francisco José dos Santos, que corresponde à escola ora pesquisada, também naquela época foi criada a Pré-escola Núcleo da Alegria, funcionando em 1993, na Avenida Brasília, no espaço da residência de Valdemar Cumbar, alugado pela Prefeitura Municipal, e tendo como professora Joseth de Sousa Ramos. No ano seguinte em 1994, em funcionamento e com o número de 62 alunos, funciona em dois turnos: manhã e tarde. No ano seguinte 1995, funcionou apenas com 56 alunos e; em 1996 ocorreu a mudança de local, passando a funcionar no prédio Centro Social com 55 alunos, sob a educação das professoras Marilene Lima e Ivanilde Muniz (DAGOBERTO, 1999).

A Pré-escola Núcleo da Alegria foi anexada em 1997 ao espaço da escola Francisco José dos Santos. Essa integração veio a somar um número de 56 alunos a mais no espaço da escola referida, e ainda continuavam a educar esses alunos as professoras Marilene Lima e Ivanilde Muniz. Em 1998, a Pré-escola Núcleo da Alegria permanece na Escola Francisco José dos Santos, com 57 alunos, sob a educação agora das professoras Luzinete Ferreira e Rosa Maria (DAGOBERTO, 1999).

Em 1999, foi inaugurado o prédio próprio da pré-escola, agora com número de 69 alunos no turno manhã e 37 no turno da tarde, em um total de 114 alunos nessa pré-escola, ainda em funcionamento e, tendo a sua frente à Secretaria Municipal de Educação de Santa Rosa do Piauí (DAGOBERTO, 1999).

Quanto à educação de Santo Rosa do Piauí e sobre a Unidade Escolar Francisco José dos Santos, ressalta-se que ela foi construída no ano de 1988, pelo Fundo Nacional de Educação e Comunitário- FUNDEC, em parceria com a Prefeitura Municipal de Oeiras e iniciada na administração de Marco Santana, tendo sido inaugurada em 1988 com o nome de

Unidade Escolar da Comunidade. E em 1993 em homenagem ao popular Santo de Pedro Velho<sup>7</sup> a escola passou a chamar-se Unidade Escolar Francisco José dos Santos.<sup>8</sup>



Figura 6 - Unidade Escolar Francisco José dos Santos  
Fonte: <http://radardobrasil.com/portal/category/municipios/page/2/>

No decorrer dos anos pós sua criação a escola pesquisada passou por reformas no prédio e no próprio nome que antes era “Escola da Comunidade” passando a Unidade Escolar Francisco José dos Santos, devido ao Senhor Francisco José dos Santos terem sido destaque pelo serviço prestado junto à educação. Ele era de Oeiras e quando ainda criança trabalhava na roça com seus pais e irmãos, enfrentando as adversidades da vida pobre de lavrador do interior (PPP, 2013).

Devido à dificuldade de acesso a escola, sua educação formal se resumiu ao ensino primário, estudou no município onde morava com seus pais, Pedro José dos Santos e Vitória Maria dos Santos (DAGOBERTO, 1999).

A personalidade do “menino homem”, mesmo com a precária formação de bancos escolares, lutou em busca de um trabalho menos árduo, foi quando conquistou um cargo de apontador no projeto ANDA, na cidade de Santa Rosa. Também desenvolveu um belo trabalho como professor na educação, sendo fiscal das escolas da rede municipal, (DAGOBERTO, 1999).

<sup>7</sup>Comerciante notável no município de Santa Rosa do Piauí na década de 1980.

<sup>8</sup>Dados colhidos no Projeto Político Pedagógico (PPP, 2013) da Escola Francisco José dos Santos.

A Unidade Escolar Francisco José dos Santos até 1989, era uma escola pequena, com apenas 04 salas de aula, 01 diretoria, 01 sala de professores, 03 banheiros e um pátio coberto. Aos poucos ela foi crescendo e se estruturando, ganhando novas salas de aula e 01 sala de vídeo. Anos depois passou por uma reforma, onde foi construído um refeitório, 01 laboratório de informática e 02 banheiros, logo depois a escola foi contemplada pelo MEC, com um laboratório de informática contendo 10 computadores e mais tarde com internet, conforme nota-se no Projeto Político Pedagógico (PPP, 2013) da Escola Francisco José dos Santos.

Em 1998, foi criado o Ensino Fundamental II, iniciando com 5ª e 6ª série, no ano seguinte foi formada uma turma de 8ª série e assim concluiu mais uma modalidade de ensino, “Ensino Fundamental II”, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2013) da Escola Francisco José dos Santos.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Francisco José dos Santos, em 2000 foi criado nessa escola o Ensino Médio, como se pode perceber no PPP:

Em 2000, tendo à frente da Secretaria de Educação a professora Telma Tenório, com toda dedicação e esforço, foi criado o ensino médio municipal formado por duas turmas de 1º ano. A partir desta data, surgiram as primeiras conquistas, fruto do nosso trabalho, onde alunos foram aprovados nos vestibulares e em concursos públicos (PPP, 2013).

A escola está localizada no centro da cidade e pelas condições de acesso, na sua sede também funcionam, cursos de graduação e pós-graduação de Faculdades privadas aos finais de semana, como também várias atividades comunitárias, passeatas, reuniões e outras. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2013) da Escola Francisco José dos Santos.

Atualmente a escola esta murada, oferece acessibilidade para portadores de necessidades especiais com: portas alargadas barra de apoio nos banheiros, corrimão e rampas, como também tem-se vários equipamentos pedagógicos para auxiliar na aprendizagem dos alunos (PPP, 2013).

A escola funciona em 2 turnos: pela manhã atende 166 alunos no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, a tarde atende 186 alunos matriculados no Ensino Fundamental 6º ao 9º ano (PPP, 2013).

A escola já implantou o ensino de Nove Anos como prevê o Programa Nacional de Educação- PNE (meta 2 do Ensino Fundamental) com a intenção de “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período de escolarização obrigatória e assegura que ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos alcançando maior



nível de escolaridade.” Tudo isso respaldado pela Lei 11.274/2006 que modificou o art. 32 e o 2º inciso I do 3º do Art. 87 da lei 9394/96, que com a nova redação determina, destaque, que “O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuitos na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão” (MARIANO, 2013).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico- PPP, (2013), da emancipação política da cidade de Santa Rosa do Piauí, a atualidade houve um salto de desenvolvimento educacional bastante perceptível. Inicialmente se poucos tinham acesso à educação atualmente é um total de 1.297 alunos da pré-escola ao Ensino Médio nesse município:

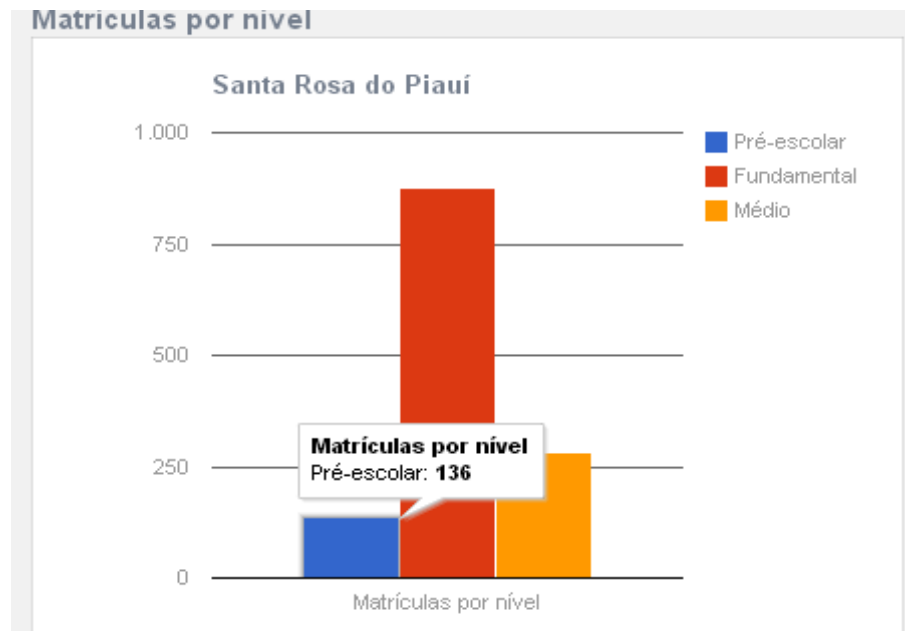


Gráfico 1- Matrícula por nível escolar em Santa Rosa do Piauí, 2013.

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/educacao.php?lang=&codmun=220937&search=piaui|santa-rosa-do-piaui|infograficos:-escolas-docentes-e-matriculas-por-nivel>. Acesso em 28 de janeiro de 2014.

Desse modo a Escola Francisco dos Santos teve avanços na quantidade de matrículas que de 1998 apenas 57 alunos tinham acesso à educação nessa escola, e atualmente são um total de 1297 alunos em 2013, pelo qual passa pela educação de Santa Rosa do Piauí, pelo crescente número de alunos e os avanços no ensino das disciplinas, são um total de 10 escolas que ofertam educação ao município atualmente, como nota-se:

Números de escolas por nível			
Variável	Santa Rosa do Piauí	Piauí	Brasil
Pré-escolar	2	39,21	1.077,91
Fundamental	7	52,77	1.447,05
Médio	1	6,56	271,64

Tabela 1- Número de escolas por nível em Santa Rosa do Piauí.

Fonte: Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/educacao.php?lang=&codmun=220937&search=piaui|santa-rosa-do-piaui|infograficos:-escolas-docentes-e-matriculas-por-nivel>. Acesso em 28 de janeiro de 2014.

Santa Rosa vem avançando no decorrer dos anos, pois, se em 1.993 tinham apenas duas escolas e atualmente são 10 escolas, cresceram vagas para inserção dos alunos na educação. No Estado do Piauí como nota-se são um total de 98 escolas de Educação Básica (Pré-escolar, Ensino Fundamental e Médio) e comparando-se ao país que existem 28 mil escolas de educação básica (Pré-escolar, Ensino Fundamental e Médio), a cidade de Santa Rosa satisfaz ao sistema educacional local, pois é cidade de pequeno porte.

As escolas que atualmente são em número de 10 (dez) têm uma quantidade de 1.297 alunos, dos quais são educados e orientados por um total de 73 professores na docência dos níveis escolares das escolas desse município.

Docentes por nível			
Variável	Santa Rosa do Piauí	Piauí	Brasil
Pré-escolar	17	63,56	2.812,32
Fundamental	48	345,54	15.412,47
Médio	8	111,17	5.388,60

Tabela 2- Número de docentes por nível em Santa Rosa do Piauí.

Fonte: Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/educacao.php?lang=&codmun=220937&search=piaui|santa-rosa-do-piaui|infograficos:-escolas-docentes-e-matriculas-por-nivel>. Acesso em 28 de janeiro de 2014.

Esse é o cenário educacional da cidade de Santa Rosa do Piauí, e no qual está inserida a escola Francisco José dos Santos, dentre esse número de alunos a escola referida oferta educação a 166 alunos, como viu-se anteriormente, comparando-se com o Estado piauiense que oferta educação 40% de professores em nível de educação básicas, no Brasil 100% dos

docentes Esses são alunos de diferentes disciplinas e inclusive a da disciplina de História, diante disso analisaremos o Ensino de História nessa escola de 2001 a 2003.

### 2.3 O Ensino de História na Escola Francisco José dos Santos (2001 a 2003)

Analisaremos o Ensino de História na Unidade Escolar Francisco José dos Santos de 2001 a 2003, quando então trabalhava-se o livro “Nova História Crítica”, de Mário Schmidt. No ano de 2014 realizamos entrevistas com roteiro semiestruturado com dois professores que atuam a mais de 8 (oito) anos nessa unidade de ensino, buscando conhecer como ocorria o Ensino de História nessa escola.

Os sujeitos da pesquisa são apenas dois professores: Edgar Muniz de Sousa e Alex Marques Vieira da disciplina de História, e atuantes do 5º ano aos 9º ano da Escola Francisco José dos Santos, como poder-se-á compreender.



Edgar Muniz de Sousa

Fonte: <http://radardobrasil.com/portal/category/municipios>



Alex Marques Vieira

A entrevista foi realizada individualmente com cada um dos professores, com duração aproximada de 10 minutos cada entrevista. A finalidade central da entrevista foi coletar dados, informações sobre o Ensino de História nos aspectos docentes de como ocorreu o ensino de História na escola durante os anos de 2001 a 2003, procurando saber da duração da carga horária, aos métodos de ensino adotados pelos docentes. Abordando-se assuntos do contexto escolar como: Qual a importância tem o horário destinado ao planejamento do ensino de

História? Se você gosta de ser professor da disciplina de História? Para você o que é o ensino de História? Que métodos você adota nas suas aulas para o Ensino de História? Durante seu tempo de trabalho nessa escola, você trabalhou com o livro “Nova História Crítica”? O que você achava do livro? Que contribuição o livro “Nova História Crítica” trouxe para o Ensino de História? Esse livro gera uma consciência crítica? Para você o ensino de História é realmente necessário nas escolas? Dentre outras perguntas que instigassem o reconhecimento do ensino de história na escola pesquisada, bem como, o trabalho dos docentes entrevistados com o livro “Nova História Crítica” de Mário Schmidt.

A princípio foi explicado aos professores que a intenção do trabalho era conhecer a visão deles sobre o Ensino de História em especial nos anos 2001 a 2003 períodos em que a escola adotava os livros de Mário Schmidt. Após essa proximidade com os entrevistados, iniciou-se a entrevista com Edgar Muniz de Sousa, professor atuante na escola Francisco José dos Santos. Em entrevista afirmou trabalhar na escola há 8 (oito) anos, com uma duração de 40 horas semanais e 8 horas diárias<sup>9</sup> de sua docência com a disciplina de História.

Quanto à outra entrevista realizada com o professor Alex Marques Vieira que também trabalha na escola Francisco José dos Santos, há 8 (oito) anos, tendo carga horária semanal de 40 horas e 8 horas de efetivo trabalho diário. As entrevistas foram realizadas individualmente, porém com o mesmo estilo de pergunta buscando saber como eles entendiam e trabalhavam o ensino de História.

Quando questionados sobre que importância tem o horário destinado ao planejamento do Ensino de História, eles explicaram que:

É importantíssimo, não adianta que tudo que se vai fazer tem que se planejar, e o espaço para o planejamento da disciplina de História, o que é que aconteceu? É que a história ela faz parte da nossa vida, da vida do nosso país, então a gente vai passar pros alunos que precisa compreender o sentido dela no antes, o durante e o depois. Então o planejamento é fundamental para toda disciplina, e História principalmente (SOUSA, 2014).

Tem importância porque é através do planejamento que nós organizamos os conteúdos, organizamos as aulas para poder chegar a um melhor entendimento e repassar aos nossos discentes um conteúdo vivo e crítico (VIEIRA, 2014).

---

<sup>9</sup>Dados colhidos na entrevista realizada com o Senhor Professor Edgar Muniz de Sousa, na pesquisa realizada em janeiro de 2014, atualmente professor da Escola Francisco José dos Santos, em Santa Rosa do Piauí-PI.

Notou-se que o ensino tem o planejamento como seu aliado, conforme falam os entrevistados, é através dele que o professor prepara-se para o trabalho com os alunos de maneira mais reflexiva e crítica, nesse aspecto para que as aulas sejam de qualidade e forneçam a base de construção aos alunos é preciso que o planejamento das atividades a ser desenvolvidas ocorra. Concorda-se com Luciane Neuvald (2006, p.14), quando ela explica que: “[...] o planejamento de ensino e sua relevância para o ensino da História e da Geografia; advêm do planejamento de aulas e atividades no ensino fundamental, demonstrações em sala de aula; inclusão do planejamento de atividades”

Mesmo ainda quando juntas a metodologia do Ensino de História e Geografia já apontava para a importância do planejamento, mas é em 2006, que essa separação ocorre, mas isso demonstra uma consciência da importância que o planejamento exerce no desenvolvimento das atividades escolares.

Nesse contexto, outra pergunta feita busca saber o gosto dos professores em trabalhar a disciplina de História na escola: Você gosta de ser professor da disciplina de História?

Sim, eu adoro é uma disciplina que eu me identifico muito porque ele abre muitos horizontes, muitas possibilidades né para a gente poder refletir a história do nosso país a história, do mundo, a história do homem e a sua origem (SOUSA, 2014).

Sim, com certeza, professor porque é através dessa disciplina que o ser humano faz as coisas olhando suas formas, abrindo horizontes, buscando melhorar o ensino, por isso, que eu gosto de ser professor, principalmente de história que é uma disciplina crítica e diversificada (VIEIRA, 2014).

Percebeu-se na fala dos professores Edgar Muniz Sousa e Alex Marques Vieira, o gosto pela docência, quando esses afirmam que se identificam com a disciplina, ela reflete nossas raízes ao tratar da história dos antepassados, e conta a história do mundo, e do país, além de que História é uma disciplina crítica e diversificada.

Esses professores da disciplina de História afirmam realizar seu trabalho com gosto, pode ser mais fácil, agradável e menos cansativo, além de ser mais criativo e qualificar o ensino de história junto ao alunado.

Considerando que sabemos do gosto que os professores tem pela disciplina de História, que esses realizam planejamento de suas aulas para o ensino de História, buscou-se saber como eles conceituam o ensino de história. Assim investigou-se: Para você o que é o Ensino de História?

O Ensino de História é uma forma de contribuir com a escola, com a vida dos alunos e a sociedade em geral, é pela história que conhecemos nosso presente. Em um todo que forma criticamente os alunos (SOUSA, 2014).

O Ensino de História com certeza é essencial para o ser humano, com a história nós sabemos do passado e a realidade dos fatos (VIEIRA, 2014).

Os entrevistados respondem que o ensino de história é uma maneira de contribuir com a escola, alunos e sociedade em geral, e em outro modo que o ensino de história é essencial para os seres humanos, trazendo a tona o passado e nós fazendo pensar o presente e futuro.

Segundo Silva (2010, p. 13), “o ensino de história na educação básica brasileira foi objeto de intenso debate, lutas políticas e teóricas no contexto de resistências à política educacional da ditadura civil-militar brasileira (1964-1984)” e, esse debate pedagógico persiste na realidade atual.

Outra investigação colocada foi: que métodos você adota nas suas aulas para o ensino de história?

Ressalta-se antes da pergunta seguinte que os professores da nova geração, pensam que a metodologia de história não pode ser mais aquela metodologia atrasada, que o professor passa o conteúdo. Sobre essa questão metodológica o professor Edgar Muniz Sousa explica que:

“Eu decoro o exercício”, isso não cabe mais atualmente tem-se de ter reflexão crítica e perceber as possibilidades (SOUSA, 2014).

Não. Eu trabalho sempre com método de diálogo, e de grupos de observação, seminários, também adoto estratégias como uma metodologia que favoreça toda a turma e que o conteúdo ele venha realmente a ser esclarecido dentro do seu contexto, então a metodologia de História hoje ela tem que ser uma metodologia crítica o aluno ele tem que saber a História e tirar o posicionamento dele diante do fato ocorrido em determinada época (SOUSA, 2014).

Além do método disciplinar que é essencial para condução do trabalho, também o método participativo tanto discente, como docente, reflexivo, adaptativo porque através dele é que conseguimos melhorar o ensino no Brasil (VIEIRA, 2014).

Segundo os entrevistados, os métodos que eles adotam são segundo Edgar Muniz Sousa o seu “método é de diálogo, e de grupos de observação, seminários eu adoto uma estratégias uma metodologia que favoreça toda a turma e que o conteúdo”, enquanto que para Alex Marques Vieira, o método disciplinar, participativo, reflexivo e adaptativo, o que ele afirma ser melhor para o Ensino de História no Brasil. Diante disso, percebe-se que os

professores ressaltam que seu trabalho é baseado em processo crítico, e entende-se que a criticidade está intrínseca ao uso da metodologia por eles adotada, a participação é essencial para a aprendizagem dos alunos.

Conforme ressalta Alex Marques Vieira, os métodos de trabalho em História devem levar em conta a História Oral porque ela “[...] pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas” (THOMPSON, 1992, p. 17).

Outra relevância está no fato de que “É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos” (THOMPSON, 1992, p.17).

E ainda, segundo Alberti (1990, p. 52) a história oral é:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, (...)) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo.

Os métodos devem, ao serem escolhidos, levar em conta ao que se destina, assim, o método de pesquisa, seja ele história oral utilizado para acontecimentos históricos, trabalho sobre instituições, grupos sociais, categoria profissional e movimentos.

Após essas reflexões iniciais procurou-se então, saber sobre o ensino de história, durante os anos de 2001 a 2003, quando era trabalhado pelos docentes na escola Francisco José dos Santos com o livro “Nova História Crítica”.

Desse modo procurou-se saber se durante seu tempo de trabalho nessa escola, “você trabalhou com o livro “Nova História Crítica”? “O que você achava do livro”?

Sim, trabalhei durante quatro anos que foi período mais ou menos que o livro ficou adotado na escola. Né e gosto, e gostei da escolha, participei da escolha do livro todos os meus colegas adoraram porque foi um livro que veio para mudar a história, é do nosso país principalmente do nosso país. Uma história que ela vem contada que é uma oportunidade para o professor e para o aluno se posicionarem diante de um fato, o livro ele não quer que o aluno decore datas, que ele decore nomes de reis e de príncipes. Não. O livro quer que o aluno entenda o fato ocorrido naquela época e com aquele determinado cidadão então, por isso que a gente adotou e gostou muito do livro de história (SOUSA, 2014).

Sim, é um livro muito bom, pois através dele vem um olhar crítico, um olhar diferente do ensino de história, cuidando de pensar história porque antes existiam vários livros, mas só trazia as grandes histórias não mostrava o marginalismo do ensino (VIEIRA, 2014).

Quanto aos questionamentos sobre o livro “Novos História Crítica”, os entrevistados fazem declarações de que até esse livro ser inserido nas escolas, existia pouca criticidade e mais apresentação dos conteúdos nos livros antes de 2001, tinha muitos livros que contavam a história de maneira descritiva sem questionamentos que excitassem a reflexão dos alunos, sem o estímulo a pensar o processo histórico.

Então, os entrevistados afirmam que o livro “nova História Crítica” introduz a criticidade e estimula os alunos a pensarem na história e o que dela decorreu, e com isso, sabe-se que pensar no processo histórico significa desvendar a realidade atual, os porquês das problemáticas, soluções e a existência dos fatos.

Nesse sentido, coloca-se a investigação a respeito de que contribuição o livro “Nova História Crítica” trouxe para o Ensino de História? E se esse livro gera uma consciência crítica?

Conforme falam os entrevistados Edgar Muniz Sousa e Alex Marques Vieira:

Olha Fabrício, principalmente para mim é como professor como docente ele mudou a minha história de professor, por que antes eu tinha uma visão da disciplina de história, depois da História Crítica de Mário Schmidt da Editora Nova Geração, eu passei a me posicionar diante dos fatos diferentemente, assim como os alunos que da minha época estudavam comigo eles passaram a ver tudo diferente foi um impacto porque a gente vinha numa metodologia que passava conteúdo, o aluno decorava data, decorava o nome, vários nomes e a ir a História Crítica livro veio mudar isso ele foi um livro que mexeu com a sociedade. Porque trás uma possível realidade verdadeira não camufla os fatos da nossa história por isso que o livro de história ele não ficou tanto tempo em ativa por que ele estava incomodando muita gente inclusive à matéria da crítica de Ali Kamel que foi vinculada né. Tive acesso e nos sabemos muito bem que o país que o nosso país até hoje infelizmente eles não querem cidadãos educados eles querem cidadãos alienados e o livro de Mario Schmidt ele abre os olhos da sociedade em relação a isso (SOUSA, 2014).

Trouxe uma visão e uma linguagem diferentes dos fatos, no ensino de história. E sim gera uma consciência crítica, pois mostra outro lado da História (VIEIRA, 2014).

Quanto à contribuição que o livro “Nova História Crítica” trouxe para o Ensino de História, percebeu-se que estimula o pensamento crítico dos alunos ao trazer uma visão crítica da realidade histórica brasileira, mostra a realidade que foi camuflada no período ditatorial por muitos outros autores que falam do assunto, abrindo os olhos dos alunos e assim da sociedade para pensar a história e não apenas ler ausente de criticidade.



Como nos fala Alex Marques Vieira esse livro é promovedor da visão crítica que até então a escola não tinha disposto porque os livros anteriores não traziam, tanto pela ausência da visão crítica, como da linguagem reflexiva mesmo.

Sabe-se então que a contribuição do livro Nova História Crítica é visível, ele sairia das escolas por que então? De fato, a escolha do livro depende segundo Moreira (1995, p.78) de que “O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais e particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal”. Diante disso, “Ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação”.

Assim, para complementar essa ideia, perguntou-se aos entrevistados: Para você esse livro ainda deveria fazer parte do Ensino de História nas escolas?

Com certeza rapaz, eu estou aqui com o livro aqui na minha frente, sinto saudades Né... O livro que a gente tem acesso hoje quando vem para a escolha são livros que não despertam muito o interesse do professor e nem do aluno e gostaria muito que o, que a classe de professores principalmente as pessoas do grupo História que saem da universidade estadual e federal pudesse a gente se reunir para poder fazer com que a editora Nova Geração do autor Mario Schmidt e toda a sua comitiva pudesse tá novamente colocando o seu livro para ser apreciado pelo MEC pra que chegassem até as escolas pra gente poder adotar esse livro tão importante e tão crítico na história do nosso país (SOUSA, 2014).

Sim, pois esse livro contribui com a visão crítica e formação do pensamento crítico no ensino da história (VIEIRA, 2014).

Os entrevistados demonstram que o livro é promovedor da criticidade e que ainda é sofrida sua perda no espaço educacional brasileiro, Edgar Muniz Sousa faz uma comparação do livro Nova História Crítica com os livros escolhidos na atualidade e ele acredita que regredimos na escolha de livros, que são desestimuladores do ensino. No entendimento semelhante, Alex Marques Vieira fala que sim, esse livro coloca para os alunos e professores uma visão crítica, formando assim o pensamento sobre história.

Tanto falamos de criticidade, nesse ponto é quando temos uma visão crítica de saber fazer escolhas que julgamos certas, assim, Miranda (2004, p. 123) diz que:

Na área de História é patente a transformação: de um cenário marcado pelo predomínio de obras que veiculavam, de modo explícito ou implícito, todo o tipo de estereótipo e/ou preconceitos, para um quadro e que predominam cuidados evidentes, por parte de autores e editores em relação aos critérios de exclusão de uma obra didática.

Então dificilmente, entrará em consonância uma política de aperfeiçoamento com tantas transitoriedades, a avaliação dos livros didáticos não dá abertura concreta à contestação de sua escolha, do livro didático brasileiro. E assim ao serem excluídas obras, outras novas são formuladas, com mais ou menos criticidade.

É ainda interessante, observarmos que o processo de avaliação que seja permanente e aprofundado na escolha do livro didático e mesmo dos que estão em produção e uso no mercado.

Os critérios que levem a reprovação de um livro considerado crítico no cenário brasileiro deve ser revista pelos educadores ou mesmo em uma pesquisa que confirme tal processo. Segundo Miranda (2004, p. 30):

No Brasil, o reflexo desse deslocamento na discussão relativa à História ensinada acabou por ensejar uma série de estudos relativamente recentes, bem como grupos de pesquisa ainda dos processos de conformação, cujo foco essencial recai sobre a questão da construção da temporalidade e da aprendizagem dos conceitos na historicidade.

Diante disso, a escolha do livro didático deve levar em conta esse panorama brasileiro de não recair apenas na temporalidade e do aprendizado dos conceitos históricos pelos alunos, indo além e construindo um pensamento crítico a cerca da história.

Outra investigação feita a respeito do livro “Nova História Crítica” foi: Você sabe qual o motivo da reprovação do livro “Nova História Crítica” pelo MEC?

Fabício até antecipei os fatos foi o que eu disse pra você, o livro Nova História Crítica tá sendo reprovado pelo MEC porque, além de ser um livro que mostra a realidade ele é também um livro de custo muito caro para o MEC por que o material é de qualidade, e material de qualidade pra escolas públicas, para o povo o governo não quer comprar. Se você observar o livro e como se fosse uma revista né. E além do contexto dele por que ele é um livro totalmente crítico ele não privilegia épocas ou pessoas da época que fizeram parte da história mostrando só o lado bom ele mostra também o lado ruim, por isso que a imprensa principalmente esses veículos de comunicação não quer que esse livro seja adotado porque é pro povo continuar alienado (SOUSA, 2014).

Um pouco, pois os examinadores do MEC, vieram a tirar ele depois que o livro Nova História Crítica, veio mostrar o marginalismo. Aí também sobre uma crítica de um diretor, não gostei, o livro trás a visão, mas rebuscada e flexível, alguns livros de história tem visão tradicional (VIEIRA, 2014).

Os entrevistados falam que sabem um pouco sobre essa reprovação pelo MEC e de fato, os relatos na mídia não deixam transparecer os motivos claramente da não aprovação pelo MEC, apenas ressalta como ocorre à escolha do livro didático.

Edgar Muniz Sousa fala que os motivos da reprovação podem está ligados justamente a esse estímulo crítico que desperta nos alunos, mas ele acrescenta que esse livro tem custo caro e esse pode ser um dos fatores que contribui para reprovação, a ausência dele nas escolas significa desprovimento de reflexão crítica, e continuação de pessoas alienadas como o sistema deseja.

Alex Marques Vieira coloca seu ponto de vista de que pode ser pelo caráter de demonstração do marginalismo que o livro trás, associado às críticas feitas pelo Diretor de Jornalismo da Rede Globo Ali Kamel, no entanto são todos fatores que unem-se para reprovação do livro “Nova História Crítica” pela banca do Ministério da Educação.

A relevância do Ensino de História, segundo Moretti, se dá por que:

O passado fornece elementos para compreendermos o presente, pois a história não é uma ciência, ou disciplina que visa estudar somente o passado morto e imutável, ao contrário, história é vida, é movimento, é transformação e sua atuação seria comum a todas as épocas e pessoas. (MORETTI, 2011, p. 6).

Nesse entendimento, faz-se a última pergunta aos entrevistados: Para você o Ensino de História é realmente necessário nas escolas?

Sim, é o ensino que mostra os pontos positivos e negativos. Com certeza ele trás as duas versões e deixa com que o cidadão se posicione e tão tanto que a gente, o livro “Nova História Crítica” ele não trás exercícios decorativos ele coloca uma questões comente, associe, de seu ponto de vista. Por que ele quer que você diante de um fato, diante da matéria que está acontecendo o aluno se posicione e o professor esteja preparado para aceitar aquilo (SOUSA, 2014).

Sim, porque o ensino de história é essencial na vida disciplinar, como o olhar crítico sobre o ensino de história, trás novos horizontes para o conhecimento e ensino aprendizagem de nosso povo (VIEIRA, 2014).

Em um ponto de vista paralelo os entrevistados falam que o Ensino de História é realmente necessário nas escolas, pelo seu teor educativo e pela essência que esse ensino trás sobre nossa formação histórica, do presente e possivelmente entendimento dos caminhos futuros.

Como ressalta Edgar Muniz Sousa, é o Ensino de História que coloca um posicionamento crítico ao aluno sobre sua identidade, mostra os pontos positivos e negativos. E ele constrói-se como cidadão que posiciona-se, comenta, associa seu ponto de vista.

Os entrevistados dão seus pontos de vista o que entendem e a relevância do Ensino de História na escola, e para a construção desses como cidadão e de seu entendimento dos aspectos sociais, políticos e culturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstra que o Ensino de História que surge num contexto de lutas sociais no país, e no decorrer dos anos firma-se como uma disciplina inicialmente com objetivo apenas de informar sobre a história da América, logo mais com intuito de ensinar a História geral do mundo e dos países.

Nesse último século XXI, o Ensino de História apresenta-se como disciplina de conhecimentos históricos e críticos, formadora de uma visão diferenciada dos sujeitos e construindo uma visão de mundo diferenciada já que a história conta o contexto da formação cultural, política, social e educacional da qual fazemos parte hoje em dia.

Diante desse contexto histórico da sociedade brasileira e de como se organizou o Ensino de História é que norteou essa análise dos livros de Mário Schmidt “Nova História Crítica”, nele foi discutida a possibilidade da compreensão da postura pedagógica/ideológica dos professores na condução do referido livro didático, no período em estudo; se discutiu as repercussões e os fatores que levaram o livro de Mário Schmidt a sair de “circulação” das escolas públicas, depois que um Diretor de Jornalismo da Rede Globo de televisão criticou o livro didático, sendo a posteriormente reprovado pelo MEC.

E sobre essa análise entendeu-se que a polêmica em torno da reprovação do MEC, tem reflexos ainda sobre aspectos ideológicos, alegações que dividem opinião e mesmo questões de que após a crítica de Ali Kamel o livro teve maior defasagem, sendo assim, prejudicou sua veiculação na sociedade brasileira, mas não pode-se afirmar que a crítica do diretor da Rede Globo foi responsável pela reprovação já que o Ministério da Educação alegou que essas obras não atendiam mais aos padrões do PNLD.

Na análise feita dos formulários de entrevista aplicados aos dois professores da Escola Francisco Santos Edgar Muniz Sousa e Alex Marques Vieira, pode-se extrair um entendimento do posicionamento deles frente à história como um processo reflexivo, crítico e em movimento, na visão desses o livro “Nova História Crítica” foi essencial e fundamental à contribuição pensante da historicidade, e continua a ser para aqueles que fazem uso dessa coleção como meio de complemento aos conteúdos escolares, no entanto, já fora da aprovação do MEC, visivelmente muito pouco veiculado e esquecido em muito por boa parte do alunado.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AZEVEDO, Reinaldo. **Uma entrevista com Ali Kamel**. Ano de 2007. Revista Veja. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/uma-entrevista-com-ali-kamel/>. Acesso em 23 de março de 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. (Coleção docência em formação. Serie ensino fundamental) São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL, Presidência da República- Casa Civil. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino do 1º ao 2º graus, e da outras providencias**. 1971.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

CAFARDO, Renata. ROXO, Elisangela. **20 milhões utilizaram livro polêmico**. O Estadão de S.Paulo. dezembro de 2009. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,20-milhoes-utilizaram-livro-polemico,54753,0.htm>. Acesso em 23 de abril de 2014.

DAGOBERTO, de Carvalho Júnior. **Passeio a Oeiras**. 4ª. ed. Teresina, 1999.

DICIONÁRIO POLÍTICO. **Marxismo legal**. Marxists Internet. Disponível em [http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marxismo\\_legal.htm](http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marxismo_legal.htm). Acesso em 26 de abril de 2014.

FERNANDES, Nelito. **O mistério do professor Schmidt**. In: Sociedade. Edição n° 490, ano 2007. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG79463-6014,00-O+MISTERIO+DO+PROFESSOR+SCHIMIDT.html>. Acesso em 21 de março de 2014.

LEMLE, Marina. **Livro didático: historiadores criticam livros.** Revista História. com.br. (27-09-2007). Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/livro-didatico>. Acesso em 25 de abril de 2014.

MARIANO, Fernando. **Plano Nacional de Educação: Perspectivas e desafios.** In: Boletim do Legislativo nº 12. Núcleo de Estudos e Pesquisas. Senado federal. 2013. Disponível em <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/boletim-no-12-de-2013-plano-nacional-de-educacao-perspectivas-e-desafios>. Acesso em 27 de fevereiro de 2014.

MIRANDA, Sonia Regina and LUCA, Tania Regina de. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD.** Rev. Bras. Hist. [online]. vol.24, n.48, pp. 123-14, 2004.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade.** Cap. 1 Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: Uma Introdução. Editora Cortez, 1995.

MORETTI, Francielie. **O ensino de história e a formação crítica do indivíduo.** In: Ensino de História (2011). Disponível em <http://e.historiaoffline.com/ensino-de-historia/o-ensino-de-historia-e-a-formacao-critica-do-individuo>. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

NEUVALD, Luciane. **A metodologia do ensino de história e geografia no curso de pedagogia da Unicentro/Guarapuava.** 2006. Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Solange%20de%20oliveira%20collares.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Solange%20de%20oliveira%20collares.pdf). Acesso em 25 de janeiro de 2014.

SILVA, Marcos Antônio da. FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v.31, nº. 60, p. 13-33, 2010.

SILVA, Marco Antônio. **A Fetichização do livro didático no Brasil.** Educ. Real. [online]. 2012, vol.37, n.3, pp. 803-821. Scielo, 2012.

SILVA, Edlene. **Livros didáticos e ensino de história: a idade médianos manuais escolares do ensino fundamental- text books andteachingofhistory: a hand in themiddle ages ofelementaryschoolstudents.** História & Ensino, Londrina, v. 17, n. 1, p. 07-31, jan./jun. 2011.

SCHIMDT, Mário Furley. **Nova História Crítica.** Obra 4 v. para alunos de 5ª a 8ª séries (2001). São Paulo: Ed. Nova Geração, 1999.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula- O saber histórico na sala de aula** (org) BITTENCOURT, Circe, São Paulo: Ed Contexto, 1999.

TEODORO, Regiane de Fátima. **Aspectos Estruturais da Coleção de livros didáticos “Nova História Crítica”**. Ouro Preto- Mariana, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ZAMBONI, Ernesta. **Projeto Pedagógico dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Identidade nacional e consciência histórica**. Cade. Cedes. Campinas, v.23, n.61, p. 367-377, dezembro de 2003.

## **FONTE ORAL**

SOUSA, Edgar Muniz de. **Depoimento** concedido a Fabrício Ramon Rodrigues da Silva. Santa Rosa do Piauí-PI, 30 de jan. de 2014.

VIEIRA, Alex Marques. **Depoimento** concedido a Fabrício Ramon Rodrigues da Silva. Santa Rosa do Piauí-PI, 30 de jan. de 2014.

## **DOCUMENTOS E SITES**

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Santa Rosa do Piauí**. (2013).

Disponível

em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220937&search=||infogr%El%fi%co:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em 28 de janeiro de 2014.

**LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n° 9394/96.**

**MEC- Ministério da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2013: Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012. 252 p.**

**PPP- Projeto Político Pedagógico da Escola Francisco José dos Santos, Santa Rosa-Piauí.**



KAMEL, Ali. **O que ensinam as nossas crianças.** Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 18 de set, 2007, p. 7. Disponível em [www.vermelho.org.br/noticias/23852-8](http://www.vermelho.org.br/noticias/23852-8). Acesso em 18 de julho de 2014.

RATING. Dados disponíveis em: relação de rating e registro da fexerj por ordem alfabética dos atletas. Confira no site: [www.Fexerj.com.br](http://www.Fexerj.com.br). Acesso em 24 de junho de 2014.

## **ANEXOS**



**FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA  
UNIDADE ESCOLAR FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS**

1- Nome do Entrevistado: \_\_\_\_\_

2- Formação profissional: \_\_\_\_\_

3- Qual a duração da sua docência como professora (a) de história nessa escola?

\_\_\_\_\_

4- Qual sua carga horária semanal nessa escola? E a duração diária em sala de aula?

\_\_\_\_\_

5- Que importância tem o horário destinado ao planejamento do ensino de história?

\_\_\_\_\_

6- Você gosta de ser professor da disciplina de história?

\_\_\_\_\_

7- Para você o que é o ensino de história?

\_\_\_\_\_

8- Que métodos você adota nas suas aulas para o ensino de história?

\_\_\_\_\_

9- Durante seu tempo de trabalho nessa escola, você trabalhou com o livro “Nova História Crítica”? O que você achava do livro?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10- Que contribuição o Livro “Nova História Crítica” trouxe para o ensino de história? Esse livro gera uma consciência crítica?

---

---

11- Para você esse livro ainda deveria fazer parte do ensino de história nas escolas?

---

---

12- Você sabe qual o motivo da reprovação do livro “Nova História Crítica” pelo MEC?

---

---

13- Para você o ensino de história é realmente necessário nas escolas?

---

---

Permito ao pesquisador fazer uso das informações colhidas nessa entrevista para fins de pesquisa e estudos científicos, bem como na elaboração da monografia de sua graduação, a partir dos dados colhidos nesse formulário.

Picos - PI, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Assinatura do Entrevistado